

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

DIEGO DRESCHER DE CASTRO

**Histórias em mosaico: percursos entre loucura, lei e
conhecimento**

ORIENTADORA: JAQUELINE TITTONI

**Porto Alegre
2016**

DIEGO DRESCHER DE CASTRO

**Histórias em mosaico: percursos entre loucura, lei e
conhecimento**

Dissertação de Mestrado apresentado
ao Programa de Pós-Graduação em
Psicologia Social e Institucional, da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito para a obtenção do
grau de Mestre em Psicologia Social e
Institucional, sob orientação da
Professora Jaqueline Tittoni

Porto Alegre

2016

DIEGO DRESCHER DE CASTRO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional, apresentada na data de 29 de abril de 2016.

Banca Examinadora

Prof.^a Pós-Dr.^a Fernanda Spanier Amador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Pós-Dr. Salo de Carvalho
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Danichi Hausen Mizoguchi
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Pós-Dr.^a Jaqueline Tittoni (orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A paixão de dizer/2

Esse homem, ou mulher, está grávido de muita gente. Gente que sai por seus poros. Assim mostram, em figuras de barro, os índios do Novo México: o narrador, o que conta a memória, coletiva, está todo brotado de pessoinhas.

Eduardo Galeano, O Livro dos Abraços

Resumo

Essa dissertação de mestrado surge a partir de uma trajetória de pesquisa, extensão e militância que se desenvolve desde o início da graduação no curso de psicologia. A partir de três grandes categorias – loucura, lei e conhecimento – o texto se desenrola transversalizando experiências e teorias, principalmente a partir das vivências do pesquisador em grupos e projetos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e no Instituto Psiquiátrico Forense do Rio Grande do Sul (IPF). Para tal, a estética dessa escrita se baseia no ato de contar histórias, aproximando os conceitos de cartografia, ensaio e biografema. Tendo como referência a passagem do século XVIII para o século XIX, e, conseqüentemente, a passagem da episteme clássica para episteme moderna analisarei as relações de saber-poder no contexto dos manicômios judiciários e no surgimento da Universidade contemporânea. A partir da exposição do cenário atual e da construção histórica dessas temáticas, tenciono analisar quais as condições de possibilidade para o surgimento da política de extensão universitária e seu papel de resistência na formação universitária.

Palavras-chave: loucura, lei, conhecimento, resistência e extensão universitária.

Abstract

This Masters dissertation comes up from a trajectory of research, extension and militancy that has been developed since the beginning of the degree in psychology. Starting from three large categories – madness, law and knowledge – the text unwinds itself through transversality of theories and experiences, principally departing from the researcher's experience in groups and projects from the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) and the Psychiatric Forensic Institute of Rio Grande do Sul (IPF). Incidentally, this writings aesthetics is based on the act of storytelling, bringing closer concepts of cartography, essay and biographeme. Having as reference the passage of the 18th to the 19th century, and, consequently, the turn from classic episteme to the modern episteme, I will analyze the relations of knowledge and power on the context of judiciary asylums and the emergence of contemporary University. Starting from the exposure of the current scenario and the historic construction of these themes, I intend to analyze what are the conditions of possibilities for the rising of policies regarding university extensions and its roll of resistance in university education.

Key-words: madness, law, knowledge, resistance, university extension.

SUMÁRIO

Prólogo.....	7
1 – Introdução	9
I – Mosaico.....	10
II – Sobre a escrita.....	14
III – Sobre para quem se escreve	17
2 – Um <i>hodos</i> – <i>meta</i>	20
I – O Cartografar:	22
II – O Ensaiar	26
III – Biograf(em)ar	31
IV – Caminhos que se encontram	33
3 – CLAUSURAS E RESISTÊNCIAS.....	35
I – Modernidade e clausura.....	36
II – Poder e luta.....	42
III – Loucura	49
IV – Lei.....	56
V – Conhecimento.....	69
4 – Para seguir conversando.....	81
5 – Referências	84

Prólogo

No primeiro capítulo do primeiro volume de Mil Platôs, Deleuze e Guattari contam que escreveram o Anti-Édipo a dois, “como cada um de nós era vários, já era muita gente” (Deleuze & Guattari, 2011, p. 17). Gosto dessa ideia, talvez por me identificar com o processo envolto em multiplicidades, sejam elas de ideias ou de autorias. Poderia dizer que essa dissertação também foi escrita a partir de muitas mãos. Muitas histórias, muitos afetos, muitos aprendizados. Talvez justamente por isso tenha tido dificuldades em transpor tanta multiplicidade para o papel. Delirando que escrevia sozinho, briguei com a ideia de contar histórias que não eram minhas. Quando percebi que eu também era essa multiplicidade da qual tentava dar conta e que as histórias que queria contar me constituíam, as linhas começaram a fluir.

Nessa escrita, feita através de infinitas mãos, gostaria de agradecer à minha mãe, Gerdi, e ao meu pai, Luiz, por me ensinarem a gostar de contar histórias e, mais ainda, por querer vive-las.

À minha irmã, Perla, e ao meu irmão, Pablo, pelo companheirismo e por serem meu porto seguro.

À Helena, à Nina e ao João Pedro, pela aposta na resistência que se avizinha.

À Júlia, pelo companheirismo e por me ensinar que uma história ganha força quando compartilhada.

À Jaque, minha orientadora, pelo carinho de uma orientação para além dos referenciais teóricos.

Ao Marcelo, pelo compartilhamento de histórias, sonhos e cervejas.

Ao Theo e ao Daniel, por enriquecerem consideravelmente meu acervo de histórias.

À Isa, por me mostrar outras maneiras de ver as palavras.

À Cecília, por me ensinar outros modos de resistir.

Ao Arthur e o Marco, pelos momentos de busca de inspiração.

À todas amigas e amigos que conheci nos programas de extensão dos quais participei e que me fizeram pegar gosto pelo ato de transpor os muros da Universidade.

Às amigas e amigos do grupo de pesquisa, pelo apoio teórico-afetivo.

A todas professoras e professores que investiram nos descaminhos desse percurso e me ajudaram a me perder pelo mundo.

A todas as pessoas que, de alguma maneira, fazem parte desse percurso e me fazem não querer parar de caminhar, muito obrigado.

1 – Introdução

Até onde consigo ir em minha memória, sempre fui um interessado por histórias. Cresci prestando atenção aos causos que os mais velhos da minha família contavam e, assim que aprendi a ler, fui buscar nos livros outros contadores e contadoras de histórias. Até hoje continuo um apaixonado por ouvir e contar histórias e, nessas voltas da vida, acabei percebendo que qualquer coisa pode virar uma história, não a História com letra maiúscula e certificado de veracidade autenticado em cartório e com três vias, mas uma história, minúscula e, por isso mesmo, única e especial. Gosto de pensar nessas pequenas histórias como fragmentos de vida, que ganham determinados contornos e realces conforme quem as conta e de onde começa. Dito isso, posso começar a contar histórias, não necessariamente protagonizadas por mim, mas, de alguma forma, parte da minha vivência.

Vale dizer que esse escrito é produto de muitas tentativas de iniciar uma escrita. Diversos começos, inúmeras vivências e vários rascunhos. A tentativa de dar conta de um percurso dentro dos limites das folhas brancas e dos padrões acadêmicos. Em determinado momento, quase afogado na angústia de não conseguir traduzir em palavras as experiências da minha formação enquanto psicólogo, decidi que a melhor metodologia de cumprimento desse rito necessário à conclusão do mestrado seria apostar na naturalidade de contar histórias.

A partir daí apresentou-se outra dificuldade. Como escrever histórias sobre experiências? Michel Foucault nos diz que a experiência é algo de que se sai transformado. Para o autor, escrever não é só enfileirar palavras numa folha e contar o que já se sabe, escrever é experienciar: “ele escreve porque não sabe ainda exatamente o que pensar desta coisa que ele deseja muitíssimo pensar” (Foucault, 2000, p. VII). Seguindo esses passos, inicio a escrita dessa dissertação como experimento, sem o interesse de produzir um trabalho de teoria que sistematize algo pré-definido. Parto do pressuposto de que as verdades acadêmicas e historicamente verificáveis, ainda que importantes, não são o centro da discussão. Como nos diz Motta sobre a produção de um texto, o essencial não está nessas verdades acadêmicas que ali despontam, “mas nas

experiências que ele [o texto] permite fazer na relação com os loucos, com a instituição psiquiátrica, com a prisão. ”. (Foucault, 2000b)

Ao longo desse percurso fui encontrando meios de trazer para o papel um pouco dessa experiência. Busquei no ensaio as pistas de uma escrita que se desenrola através de tensionamentos, na cartografia encontrei ferramentas para pesquisar a partir de um percurso e no biografema, a linha para pensar fragmentos de vidas. Nas páginas que seguem, irei utilizar essas ferramentas para pensar as relações entre loucura, lei e conhecimento, bem como procurar estratégias de resistência às verdades legitimadas por tais campos.

A partir dessa bricolagem, eis o que pretendo fazer aqui: organizar alguns fragmentos e construir um mosaico.

I – Mosaico

Recordar: Do latim re-cordis tornar a passar pelo coração
(Galeano, 2002)

Possivelmente por gostar tanto de histórias, uma das minhas atividades preferidas quando viajo – muito mais que conhecer aquele ponto turístico clássico e que estampa todos os anúncios publicitários – é conhecer as histórias que as pessoas contam. Tentar entender como funciona a vida em determinado lugar a partir das histórias contadas por quem o habita. Foi com esse espírito que pisei em Valparaíso, uma cidade peculiar em um país tão bonito e acolhedor. Cheia de cerros e ascensores, cercada pelo Pacífico e embelezada pelos grafites, a cidade chilena sofre com a instabilidade das placas tectônicas, sendo constantemente atingida por tremores e outras oscilações provenientes da falha geológica.

Quando conheci a cidade, estava no meio de uma viagem onde Valparaíso era apenas mais um dos destinos, sem uma importância especial. A ideia inicial era passar apenas duas noites lá, mas uma nevasca desproporcional fechou a passagem pela cordilheira e fez desmoronar qualquer possibilidade de

planejamento. Em resumo, estava preso por mais três dias em Valparaíso, encurralado entre uma muralha com mais de 4000m de um lado e um oceano de outro, o que fez com que tudo tomasse outros rumos. Estar “preso” na cidade fez com que surgissem novas possibilidades, outra maneira de circular, outro olhar, ruas diferentes e novas experiências. Se eu acreditasse em destino (não que desacredite totalmente, apenas não me importo o suficiente para assumir uma posição), poderia dizer que alguma força superior conspirou para que eu explorasse aquelas ruas um pouco mais.

Nessas voltas pela cidade, conheci o Parque Cultural de Valparaíso, localizado no Cerro El Cárcel. O parque conta com uma série de galerias repletas de exposições artísticas e oficinas de teatro e música, todas funcionando nos prédios de um presídio desativado. Naquele momento, percebi que uma cidade que transforma um presídio em centro cultural tem algo a mais para contar, algo que talvez não tivesse percebido na ansiedade de conhecê-la em dois dias.

Independentemente do tempo que se fique em Valparaíso, uma das coisas que mais chama a atenção é a enorme quantidade de grafites espalhados pelas paredes, muros e qualquer outra superfície que possa parecer uma tela em potencial. Tal característica faz com que a cidade seja reconhecida mundialmente em termos de arte urbana. Antes que esse escrito se torne um panfleto turístico, gostaria de contar que, nessa estadia prolongada, em meio a tantos grafites, outro tipo de arte capturou a minha atenção. Fiquei fascinado com a enorme quantidade de mosaicos feitos com cacos de cerâmica e que se espalham em praças, paredes, bancos e até postes de iluminação.

Por mais que a cidade seja tomada por intervenções artísticas, estranhei a proporção de mosaicos que, até então, concebia como um tipo de arte fora de moda. Conversando com um morador da cidade, descubro que uma das principais motivações para tantos mosaicos é a busca de um destino alternativo ao lixo para os cacos de azulejos e cerâmicas que restam de escombros dos terremotos que assolam a cidade. Os mosaicos de Valparaíso são feitos com o resto de casas que desmoronaram.

Seria uma imagem bonita se eu dissesse que, num fim de tarde, tomando um café enquanto assistia ao sol se pôr no Pacífico, refletindo sobre

essa história, acabei percebendo que existia uma potência no encontro dos mosaicos com um modo de pesquisar e que isso ditou os rumos dessa produção. Porém, a verdade, pelo menos nessa versão, é que a associação do mosaico com o pesquisar não aconteceu durante a viagem, quando me dividia entre aproveitar a cidade e tentar achar uma maneira de atravessar a cordilheira. É certo que desde que ouvi a história sobre os mosaicos aquilo se manteve ressoando na minha cabeça, mas só consegui processar isso ao longo da pesquisa.

É importante dizer que a origem da palavra mosaico vem do grego, e significa “referente às musas” (Nascentes, 1932). Na mitologia grega, as musas eram as filhas de *Zeus* com *Mnemósine*, a deusa da memória. Num total de nove, cada uma das musas tinha um encargo no ramo das artes, da literatura e das ciências. *Clio*, por exemplo, era a musa da história, enquanto *Urânia* era da astronomia e *Terpsícore*, da dança e do canto (Bulfinch, 2002). Em sua origem, a palavra “mosaico” já pressupõe essa multiplicidade de saberes, áreas do conhecimento, formas e cores. Trazer o mosaico para o campo da pesquisa é, necessariamente, convocar essa multiplicidade, não só para o corpo do texto, mas para o dia-a-dia do pesquisar, dialogando com o múltiplo, compondo o fazer com esses cacos de conhecimento e experiências.

Quando me lembro dos mosaicos e dos tremores de Valparaíso, lembro também de Deleuze, que, ao falar sobre o conhecimento, nos diz que este acontece de maneira sísmica, procedendo “sempre por crises e abalos como condição de criação, como condição de uma coerência última” (2000, p. 109). Irrefutavelmente, essa trajetória de pesquisa que venho trilhando pode ser definida como um processo sísmico. Certezas e verdades colapsaram, ideias e planos lentamente construídos foram destruídos em um piscar de olhos.

Quando iniciei essa produção tive dificuldades em escrever a partir de uma linearidade bem definida, faltavam certezas e sobravam perguntas. Cada tentativa de escrita resultava em um novo questionamento, um pedaço de história, uma reflexão teórica, enfim, pedaços de pesquisa. Aos poucos fui percebendo que a potência dessa pesquisa residia justamente na destruição de unidades e certezas. Percebi também que algumas histórias com as quais tive contato nesse período eram sobre vidas em pedaços que, tal qual um vaso que

se quebra, não existe possibilidade de remontar de maneira idêntica. Precisei de algum tempo (e ajuda) para perceber que essa pesquisa sólida e pomposa que tanto se almeja não era mais uma opção. Percebi que existia uma potência ainda não explorada nesse amontoado de cacos de certezas e decidi que seria interessante arranjá-los de alguma maneira que fizesse sentido, mesmo que ainda não soubesse qual sentido seria esse.

A ideia de trabalhar uma produção em mosaico pretende pensar a relação de cada caco com o todo dessa experiência, não como parte do todo, mas pensar em cada história, cada estilhaço de teoria e vivência como contendo esse todo. Quando Benjamin nos apresenta sua metodologia a partir da potência fragmentária do tratado filosófico em oposição à totalização científica, ele compara o tratado a um mosaico, calcado na justaposição de elementos isolados e heterogêneos (Benjamin, 1984 p.51).

Essa ideia proposta por Benjamin e a comparação com o mosaico me apresentaram um caminho onde percebi as condições necessárias para transformar os cacos em fragmentos e estes em mosaico. Vale dizer que pesquisar a partir de fragmentos é uma estratégia amplamente utilizada, principalmente no campo da Psicologia Social e que permite inúmeras associações. Porém, a partir dessa ideia, busco transformar através da escrita esse arranjo subjetivo de fragmentos em uma pesquisa-mosaico:

No mosaico, a parte e o todo mantem entre si uma relação de permanente tensão e harmonia. Nele, a verdade se mostra como uma construção, sempre provisória. Singular e nunca única. Filha do movimento do pensamento e da história, a verdade se desenha no mosaico, resguardando-se como promessa de outras configurações. Cada reordenação não somente traz à tona um novo todo, mas também ressignifica cada uma das partes, permitindo que estas se mostrem em sua pluralidade. (SOUZA, 2000 p. 201)

Em certo momento, olhar para todos esses fragmentos, reparar em todos esses cacos, fez com que minha memória voltasse para o Chile. Assim, o mosaico surgiu na pesquisa: assumindo sua condição de neto de *Mnemósine*, acenou do fundo da memória e me encontrou nessa escrita. Decidi, tal qual os moradores de Valparaíso, que era necessário um destino alternativo para esses

fragmentos de histórias e teorias, fragmentos de trajetórias. Assim, aposto nesse escrito (e em todas as atividades que desenvolvi durante esses dois anos de mestrado) como a tentativa de montar um mosaico, destruindo certezas e tentando produzir algo diferente com os cacos que restam.

II – Sobre a escrita

Antes de começar a falar sobre a escrita em si, faz-se necessário uma explicação acerca do estilo que adoto para escrever aqui. É importante ressaltar que a palavra “estilo” deriva de estilete. Um pouco diferente da ferramenta que se encontra em qualquer papelaria contemporânea, o estilete a que me refiro tem sua origem no latim e se caracteriza por um “ponteiro de ferro com o qual os antigos gregos e romanos escreviam sobre tabuinhas enceradas” (Nascentes, 1932). Mesmo antes dos gregos e romanos, os sumérios utilizavam estiletos para escrever em placas de argila quando criaram a escrita cuneiforme, sendo o mais antigo tipo de escrita conhecido.

O estilete que uso nessa escrita não é o mesmo dos sumérios, já foi capturado pela modernidade e, por mais que eu resista, responde a uma série de disciplinamentos. Porém, pensando na constituição de uma produção singular, com um estilo determinado pelos contornos de uma escrita na experiência, afirmo o caráter subjetivo dessa escrita.

Pensar a escrita, por si só, já seria tema para uma série de produções e, por mais que não seja a principal questão deste trabalho, acho fundamental abordar essa discussão aqui. A ideia dessa produção é principalmente contar algumas histórias e, a partir destas, transversalizar campos teóricos a fim de problematizar o atual contexto em que se inserem algumas políticas de segurança e educação. Para tal, seria no mínimo incoerente usar um método de escrita científico, com objetivos, métodos e resultados.

A produção acadêmica esconde várias armadilhas atrás de suas metodologias, linhas de pesquisa e áreas de conhecimento. Entendo que, por um lado, exista uma certa linearidade na produção de determinados conceitos e paradigmas e que isso torne mais acessível a lógica de pensamento. Por outro

lado, porém, a reprodução dos mesmos autores, mesmas citações e, conseqüentemente, mesmas ideias sempre que se aborda determinado tema, acaba gerando as chamadas “caixas-pretas”, ou seja, conceitos que se bastam em si mesmos, que, de tão estratificados e totalizantes, não dialogam mais com aquilo que os rodeia. Isso acabou se tornando um grande peso para o meu exercício de escrita. Como abordar temas amplos e complexos, que já foram teorizados por muitas pessoas, sem ficar preso (exclusivamente) às mesmas bibliografias e ao mesmo modo padronizado de escrita científica?

Uma possibilidade se apresentou quando, em uma reunião do grupo de pesquisa, fui apresentado a Jorge Larrosa, pesquisador espanhol que trabalha, entre outras coisas, com a relação entre escrita acadêmica e literatura, a partir da discussão teórica do ensaio enquanto método (Larrosa, 2003). Segundo o autor, a função do ensaio seria justamente confundir as fronteiras entre ciência, objetividade e racionalidade de um lado e imaginação, arte e subjetividade de outro. Pensando nisso, comecei a encarar a escrita de outra maneira: menos preocupada com uma forma pré-determinada e mais fluida, apostando nos encontros e associações, fazendo desse trabalho não só uma dissertação, mas um exercício criativo que tenta dar vazão às vivências e aos sentimentos de uma trajetória particular, uma história, afinal, “não há modo de ‘pensar de outro modo’ que não seja, também, ‘ler de outro modo’ e ‘escrever de outro modo’.” (Larrosa, 2003, p. 102)

Lembro de, em algum momento da minha vida escolar, alguém ter me dito que existiria uma diferença entre as palavras “história” e “estória”, onde a primeira seria referente a um acontecimento real, que tenha sido documentado e seja considerado um “fato histórico”. Por outro lado, a segunda grafia seria referente a um relato ficcional, sem comprovação, algo inventado. Recentemente decidi verificar se as duas grafias existem. Acabei descobrindo que essa diferenciação valeu por muitos anos, inclusive tendo sido adota pelo famoso contador de histórias/estórias João Guimarães Rosa¹, porém acabou caindo em desuso com o passar do tempo. Atualmente, por mais que seja desaconselhado o uso da grafia “estória”, a confusão ainda existe, inclusive em outras línguas.

¹ Autor do livro “Primeiras Estórias” (Rosa, 2001).

Em inglês, por exemplo, *history* e *story* possuem significados diferentes, sendo a primeira utilizada para a “história geral”, aquela documentada e ensinada nas escolas, e a segunda para os fatos ficcionais ou “histórias menores” (Oxford University, 2011).

Cabe salientar que quando digo que pretendo contar histórias, não o faço a partir de uma escolha etimológica que demonstra meu compromisso com uma suposta verdade. Por mais que os manuais de língua portuguesa aconselhem a unificação dos termos na grafia com “H” (Holanda, 2010), imagino que seria bastante confuso ter que escolher qual dos termos usar nesse escrito, simplesmente porque não sei dizer – e nem faço questão de saber – o que é “a verdade” naquilo que escrevo. Assim, me remeto a Manoel de Barros, poeta que ao falar sobre sua obra e sobre as histórias que conta diz: “Noventa por cento do que eu escrevo é invenção. Só dez por cento é mentira” (Barros, 2010).

Gosto de pensar que quando Michel Foucault nos diz que a verdade é a junção das condições que permitem que certo discurso, em certo momento e proferido por determinada pessoa seja tomado como verdade (Castro, 2004), ele, numa conversa atemporal com Manoel de Barros, justifica que essa busca por uma verdade desenfreada está fadada ao fracasso. Em outras palavras, não pretendo aqui tomar nenhuma teoria como baluarte da verdade, apenas como ferramentas de auxílio para essa contação de histórias.

Talvez a grande questão da prática enquanto profissional – ou mesmo durante a formação acadêmica – não seja a teoria em si, mas o modo como colocamos ela em prática, afinal, a diferença entre algo ser definido como calíça ou mosaico depende de como os cacos são organizados. Assim, esse escrito também atua como forma de repensar a minha caminhada até aqui, tentar juntar em um desenho que faça sentido os cacos dos encontros e vivências que me constituíram até então e ajudaram a compor essa jornada. Assim, a ideia é usar essa reflexão para seguir organizando os cacos, transformando os próximos passos, juntando vivências e teorias, apreendendo a vida a partir da produção, uma produção que enxergue o viver a partir de uma lógica da estética da existência, apostando na invenção de si enquanto potência que borre os contornos do que é passado, presente, prática ou teoria.

Nesse sentido, começo a me questionar: por onde sigo essa escrita? Lanço aqui os conceitos de Michel Foucault e faço uma análise detalhada de obras como “A História da Loucura” e “Vigiar e Punir” – entre tantas outras – ou conto a respeito da primeira vez que entrei em um manicômio e do primeiro contato que tive com a loucura? Escrevo sobre a minha vivência de estagiário/pesquisador/militante em um manicômio judiciário ou discuto os procedimentos legais executados a partir do Código Penal?

Quando faço tais questionamentos não os faço por uma questão de valoração, do que seria mais importante, mas sim para pensar como a minha prática enquanto psicólogo/pesquisador/militante tem a ver com a história da loucura. Faço isso porque acho que o fato de contar uma história – e acho que Foucault também pensava assim – não importa tanto pelo registro do passado que ela representa, mas sim por aquilo que será feito com o que se apreende dessa história. Nesse sentido, Deleuze, quando fala sobre a produção de Foucault e sobre como este encarava a história, nos diz que segundo ele, “a história é o que nos separa de nós mesmos, é o que devemos transpor e atravessar para nos pensarmos a nós mesmos” (Deleuze, 2010, p. 123).

III – Sobre para quem se escreve

Em uma entrevista realizada em 1966, Jorge Luis Borges diz que se surpreendeu com o sucesso que alcançou e com o número de países para os quais sua obra foi traduzida. Conta que quando lançou seu livro “*História de la Eternidad*” vendeu apenas trinta e sete exemplares ao longo do primeiro ano e fala: “quis encontrar cada um dos compradores para me desculpar com eles pelo livro e para lhes agradecerem pelo que fizeram” (Borges, 2006, p.131). Borges nos diz que quando pensamos em um público de 37 pessoas lendo o que escrevemos, cada uma delas tem um rosto, uma família, uma história específica. É muito mais palpável do que vender duas mil cópias, por exemplo. Imaginar tanta gente é quase impossível, são muitas pessoas lendo aquilo que ele escreveu, fazendo parecer que, na verdade, nenhum exemplar foi vendido.

Penso que o escritor argentino nos aponta o fato de que, a partir do momento que não se sabe quem vai ler o que escrevemos, o que importa não é mais para quem se escreve, mas como se escreve. Imagino que essa escrita não irá atingir muito mais do que 37 pessoas (pensando de maneira bastante otimista). Não faço essa colocação como ato de falsa modéstia ou algo do gênero, mas a fim de pensar a relação daquilo que escrevo com a quantidade de material produzido no meio acadêmico. Muitas vezes, domina a falta de critério para pensar o que se produz e como se produz, focando apenas na quantidade de publicações.

Por exemplo, no ano de 2010, se contarmos somente artigos completos em periódicos especializados, foram publicados no Brasil 72.915 artigos científicos². Se somarmos esse número às teses, dissertações, trabalhos de conclusão e artigos publicados em periódicos menos prestigiados, a quantidade de publicações aumenta vertiginosamente. Entendo que a produtividade no meio acadêmico, de um modo geral, vem sendo balizada por uma lógica de valoração quantitativa, e, frequentemente, não existe reflexão sobre como ou para quem se escreve. Nesse sentido, retorno às indagações de Borges, para pensar que ele não se referia a uma valoração de quantas pessoas leem determinada produção, mas como quem escreve se enxerga nesse processo de escrita.

O que pretendo nesse trabalho não é escrever sobre algo específico (fatos, ideias, teorias), mas pensar o ato de escrever como experiência. Para entender o conceito de experiência, recorro a Michel Foucault que, quando fala da sexualidade enquanto experiência, nos diz que ela é composta por três eixos: “a formação dos saberes que a ela se referem, os sistemas de poder que regulam sua prática e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade” (Foucault, 2012, p.10). Assim, pensar na escrita enquanto experiência e, de um modo mais amplo, pensar nessa pesquisa enquanto experiência, é assumi-la a partir dessa tensão entre

² Informação retirada do site do Ministério da Ciência e Tecnologia. (http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/5703/Brasil_Producao_cientifica_segundo_meio_de_divulgacao_no_diretorio_dos_grupos_de_pesquisa_do_Conselho_Nacional_de_Developmento_Cientifico_e_Tecnologico_CNPq.html)

saber e poder, é conceber a pesquisa enquanto processo de subjetivação que pretende tensionar as verdades instituídas.

Entendendo a escrita e a pesquisa enquanto produtoras de subjetividade, aqui nessa produção faço do ato de contar histórias – sejam elas documentadas, escritas por um filósofo, inventadas, vividas por mim ou uma mistura de tudo isso – algo para pensar a minha formação e, a partir dela, traçar uma linha que transversalize outras produções teóricas, apostando que alguém que porventura se encontre com esse escrito consiga apreender dele, tal qual uma história contada, não a sua dimensão factual, mas aquilo que transversaliza sua própria vida e sua própria história.

2 – Um *hodos* – *meta*

Nessas (nem tão) pequenas “antropofagias subjetivas” do cotidiano, acho que acabei absorvendo o gosto de contar histórias de tanto ouvir meu pai fazer isso. Uma das características que sempre gostei das histórias contadas por ele é que, por mais que o cerne do enredo fosse constante, a dinâmica era sempre diferente, com uma nova ambientação, novos personagens, outras histórias paralelas e transversais que se misturavam com piadas e fábulas. Por mais que eu sempre soubesse qual seria o desfecho, acabava com a atenção capturada pelas novas voltas de uma história que eu achava que já conhecia. Como qualquer contador ou contadora de histórias, as alterações e atualizações das histórias não tem relação com uma suposta falta de compromisso com a verdade, mas com o caminho que se percorre para além da tríade início-clímax-final. Cada vez que a memória vasculha os caminhos tortuosos e obtusos do passado, encontra novos elementos. Nesse sentido, uma escrita que se propõe a partir de histórias também se desenrola por essas veredas de inspiração rizomática, onde o escrever, como nos mostram Deleuze e Guattari (Deleuze & Guattari, 2011, p.19), “nada tem a ver com significar, mas com agrimensar, cartografar, mesmo que sejam regiões ainda por vir”.

A partir dessa relação pessoal com a escrita e com a contação de histórias, trago um pouco sobre a minha trajetória de pesquisador e sobre como essa pesquisa foi se constituindo a partir desses encontros. Dedicar um espaço nessa produção para refletir sobre o método de pesquisa acaba sendo um tanto quanto desafiador para mim. Por mais que exista aqui uma tentativa de tensionamento na forma de se fazer pesquisa também é inegável que existe um percurso de pesquisa (tensionada ou não). Se buscarmos em um dicionário de filosofia, a palavra método é definida a partir da junção de duas palavras gregas: *meta*, que significa por, através de; e *hodos*, que significa caminho. Ainda, segundo a definição do dicionário em questão, método é o “conjunto de procedimentos racionais, baseados em regras, que visam atingir um objetivo determinado” (Japiassú, 2001).

Partindo de tal conceituação, a escolha de um método específico torna-se uma dificuldade. Construir um percurso de pesquisa traçado a partir de

vivências e apostando na espontaneidade de encontros e acasos faz com que seja quase um paradoxo definir de antemão um caminho a ser seguido. Dessa forma, a ideia aqui é subverter tal definição de método e pensar o fazer da pesquisa enquanto *hodos-meta* ao invés de *meta-hodos* (Passos, Kastrup, & Escóssia, 2009), um modo de fazer pesquisa que aposte no caminhar enquanto responsável pela produção da diferença, transformando o transitar em território de pesquisa.

Pensar um *hodos-meta* dessa trajetória que pretendo contar foi mais um dos desafios que encontrei. Assim sendo, percebi que não precisava escolher uma única estratégia para explicar como cheguei até aqui, porque, já que pretendo apresentar um mosaico, nada mais justo do que propor uma composição de algumas estratégias a fim de encontrar aquilo que abrace as sutilezas e os pormenores dessa trajetória. Dessa maneira, ousou dizer que nesse trabalho – ao mesmo tempo – percorro um caminho cartográfico, guiado por uma narrativa baseada no ensaio, flertando com a ideia do bigrafema. Por mais que possa parecer megalomaniaco trabalhar com três conceitos tão amplos e que tantos pesquisadores já se debruçaram sobre, gosto do diálogo entre as teorias e também da possibilidade de subverter a formalidade do método, apostando na estética desse *hodos-meta*, marcado pelo encontro da teoria com a diferença. Tentando demonstrar esse diálogo, nos parágrafos que seguem conto um pouco do meu encontro com cada uma dessas estratégias e porque acho que elas fazem parte desse meu percurso de pesquisa.

Provavelmente, a cartografia é a estratégia de pesquisa que está mais presente na minha trajetória acadêmica. Durante a graduação participei de grupos de pesquisa e acabei sendo apresentado às pistas do método da cartografia. Lembro que me causou alguma confusão e que levei algum tempo para compreender quando uma professora apresentou tal estratégia de pesquisa como algo que não poderia seguir predeterminações e, ao mesmo tempo, não poderia consistir em um pesquisar completamente “solto”, sem critérios, uma linha tênue entre a prescrição e a incerteza.

Essa confusão inicial, talvez uma espécie de “birra” pós-moderna, de negação à aparente falta de concretude teórica foi aos poucos desaparecendo, conforme eu era apresentado à prática cartográfica (mesmo que nem sempre

percebesse isso). Na escrita do projeto de qualificação utilizei uma citação que hoje me parece um pouco solta, mas lembro que fiz questão de utilizá-la. Provavelmente tal citação é, no meu entendimento, a melhor e mais concisa explicação do que seria um fazer cartográfico. Ao dizer que “estamos diante de uma escolha ética crucial: ou se objetiva, se reifica, se ‘cientificiza’ a subjetividade ou, ao contrário, tenta-se apreendê-la em sua dimensão de criatividade processual” (Guattari, 2012), entendo que o autor, de maneira sutil, indica o caminho para uma ética de como fazer pesquisa nas ciências humanas.

Cabe aqui salientar que tal concepção de subjetividade está diretamente vinculada à relação do sujeito com os jogos de verdade que se constituem ao longo de um processo histórico. Proponho nessa escrita e enquanto pesquisador pensar os modos de subjetivação a partir de experiências que pressionam a verdade, ou seja, conceber esse processo, como nos diz Deleuze, a partir de “regras facultativas que produzem a existência como obra de arte, regras ao mesmo tempo éticas e estéticas que constituem modos de existência ou estilos de vida” (Deleuze, 2010, p.127).

Gosto do posicionamento de Foucault quando questionado sobre sua pesquisa. O autor se define como um “empirista cego”, aquele que pesquisa “um objeto não definido com um método desconhecido” (Michel Foucault, 2003, p. 230). Ter a pretensão de, em algum nível, conseguir apresentar nas produções acadêmicas fragmentos de subjetividade, faz com que seja necessário desburocratizar o modo de fazer pesquisa. A ideia aqui é abrir mão da posição de cientista (pelo menos como concebido nas suas origens de física clássica) e da ideia de um objeto externo a ser observado pelo pesquisador neutro. Pesquisar levando em conta os processos de subjetivação inclui, necessariamente, o abandono desse lugar e o borramento da fronteira entre quem pesquisa e aquilo que se pesquisa, ou como nos dizem Alvarez e Passos (2009, p. 131) “o conhecimento ou, mais especificamente, o trabalho da pesquisa se faz pelo engajamento daquele que conhece no mundo a ser conhecido”.

I – O Cartografar:

No primeiro grupo de pesquisa em que trabalhei como bolsista de iniciação científica uma das contrapartidas exigidas para recebimento da bolsa era que os “resultados” da pesquisa fossem apresentados em algum evento, preferencialmente o Salão de Iniciação Científica da UFRGS³. Na época, eu acompanhava o trabalho de uma mestranda que realizava a sua pesquisa em um grupo do SAJU/UFRGS⁴, o G-8 Generalizando. Cerca de uma semana antes do SIC⁵, combinamos que eu faria uma prévia da apresentação para os colegas do grupo de pesquisa a fim de testar aquilo que seria a minha primeira vez em um evento acadêmico. Lembro que deixei para organizar a apresentação na véspera e segui o exemplo de alguns amigos que participavam de outros grupos de pesquisa, montando os slides da apresentação e o pôster a partir dos dados da pesquisa realizada pela mestranda em questão.

Lembro muito pouco da apresentação em si, mas recordo que, quando terminei o “ensaio”, recebi da professora que me orientava o seguinte comentário: “Está bem, mas onde está a tua pesquisa? Essa pesquisa não é tua...”. Por mais que agora, contando essa história, esse comentário possa parecer um pouco mais áspero do que de fato foi, considero esse o meu primeiro encontro com a cartografia. Digo isso porque essa foi a primeira vez que parei para pensar que ali, naquele grupo e naquela pesquisa, onde se discutia tanta teoria, também tinha espaço para o meu desejo. Pela primeira vez me perguntei o que, dentro de toda aquela pesquisa, era meu. Hoje, olhando para esse episódio, vejo que naquele momento, a possibilidade de romper com a assepsia do cientificismo clássico, a possibilidade de juntar afecção e pesquisa, a valoração da opinião de um estudante de terceiro semestre, tudo isso reforçou o meu percurso acadêmico de tal maneira que me faz chegar até aqui, porque, a partir desse fato, percebi que não conseguiria mais colocar energia em uma apresentação – ou pesquisa, ou estágio, ou mestrado – que não possibilitasse esse atravessamento entre teoria e desejo. Buscando uma teoria que corroborasse essa ação desejante de pesquisar, encontrei refúgio nas pistas cartográficas.

³ Universidade Federal do Rio Grande do Sul

⁴ Serviço de Assessoria Jurídica Universitária

⁵ Salão de Iniciação Científica

Estratégia que aposta na potência dos encontros, nos afetos e na subjetividade como ferramentas de pesquisa, a cartografia pretende que o pesquisador não só interrogue o campo de pesquisa, mas que, a partir de uma coprodução, se criem as condições necessárias para a emergência das problemáticas a serem trabalhadas. Assim, podemos dizer que a cartografia se caracteriza por um pesquisar que

trata-se de uma invenção que somente se torna viável pelo encontro fecundo entre pesquisador e campo pesquisa, pelo qual o material a pesquisar passa a ser produzido e não coletado, uma vez que emerge de um ponto de contato que implica um deslocamento do lugar de pesquisador como aquele que vê seu campo de pesquisa de um determinado modo e lugar em que ele se vê compelido a pensar e a ver diferentemente, no momento mesmo em que o que é visto e pensado se oferece ao seu olhar. (Amador & Galli Fonseca, 2009)

Dito isso, a opção pela plasticidade da cartografia enquanto estratégia de pesquisa permitiu reinventar o processo algumas vezes. Ao ingressar no programa de pós-graduação, pretendia “Analisar o processo de interferência das práticas acadêmicas nas Políticas Públicas que pretendam a desinstitucionalização da Medida de Segurança”. A ideia que trouxe no anteprojeto, apresentado no momento da seleção, era utilizar a cartografia para buscar “uma abertura do problema de pesquisa que permita que o pesquisador seja afetado por aquilo que o campo oferece”.

Com essa pista de como iniciar a pesquisa, dei seguimento à inserção no programa de extensão “Des’medida: por um acompanhar na rede”, iniciada ainda na graduação. Aqui cabe abrir parêntesis para situar o programa, que é uma parceria entre a UFRGS, TJ-RS⁶, SMS⁷ e SES⁸ que objetiva contribuir com os processos de desinstitucionalização e progressiva extinção do manicômio judiciário. Tal iniciativa acontece por meio de assessoria técnica interdisciplinar ao louco selecionado pelo sistema penal e às equipes profissionais diretamente envolvidas com ele. Em outras palavras, o objetivo do Des’medida é consolidar uma atuação na chamada “porta de entrada” da medida de segurança, evitando

⁶ Tribunal de Justiça do Rio Grande do SUL

⁷ Secretaria Municipal de Saúde

⁸ Secretaria Estadual de Saúde

que mais pessoas cheguem ao manicômio judiciário e apostando que, quando necessário, tal sanção legal seja cumprida de maneira ambulatorial na rede de atenção psicossocial já existente. Vale ressaltar que o grupo é composto de maneira interdisciplinar, agregando profissionais e estudantes da Psicologia, do Serviço Social e do Direito, a fim de tentar dar conta da complexidade dos casos acompanhados.

Posso dizer que a cartografia cumpriu importante papel durante o percurso de pesquisa, principalmente no que diz respeito às estratégias para lidar com dificuldades encontradas. É esperado que ao se lançar em uma jornada cujo destino é desconhecido as surpresas sejam constantes - umas mais fáceis de lidar do que outras. Assim, fui dobrando as dificuldades, utilizando a cartografia como ferramenta que me ajudava a experienciar cada vivência. Cada nova questão que surgia, cada estranhamento, afeto, aprendizado, exigia uma reafirmação da cartografia como estratégia do pesquisar.

Pesquisar entre disciplinas tão fortes só foi possível a partir de um exercício de maleabilidade: discutir planos terapêuticos com juízes, pensar ações de desinstitucionalização para pessoas internadas em manicômio judiciário, afirmar a posição de extensionista e militante estando em um processo de pesquisa. Posso dizer que cartografar foi fundamental para produzir um pesquisar-resistência diante das lógicas disciplinares que circundam a loucura, a lei e a ciência.

Olhando para a dinâmica do grupo, hoje percebo que a participação nas reuniões, o acompanhamento de casos, a realização de grupos de estudos e todos os outros espaços coletivos de trocas foram fundamentais para o processo de pesquisa. Porém, para além disso, a possibilidade de novos aprendizados a partir de trocas de afetos e compartilhamento de angústias me fizeram perceber que a relação com estudantes de graduação, baseada na lógica da autonomia e interdisciplinaridade inerente às práticas de extensão universitária, foram a força motriz para o surgimento da vontade de pensar resistências a partir dos espaços acadêmicos. A partir dessas trocas, que só seriam possíveis numa lógica de pesquisa que não se pretendesse hierárquica e não estabelecesse condicionalidades, o pesquisar pode ser colocado no mesmo grau de importância que a militância e o desejo, me trazendo até aqui.

Todas essas confluências somadas ao interesse pela linha de atuação do grupo, o fato de participar desde a sua concepção, a articulação deste com a política de extensão universitária e a perspectiva de trabalhar numa proposta que modificasse as estruturas da medida de segurança, apresentaram-se como motivos mais do que suficientes para que eu decidisse abolir qualquer pretensa neutralidade científica e abraçasse a ideia de um pesquisador desejante. Dessa forma, decidi lançar mão da cartografia nessa produção escrita e utilizá-la como estratégia orientadora do meu percurso, buscando algo que permitisse desenhar um caminho a partir do encontro entre as histórias e a teoria. Como nos dizem Amador e Galli, “Trata-se de traçar um testemunho do mundo por formas novas e inéditas, razão pela qual por cartografia nada se explica, uma vez que os dados, sempre relançados, apenas se implicam, produzindo material de pesquisa, subjetividades e mundos” (Amador & Galli Fonseca, 2009).

II – O Ensaio

Antes mesmo de conceber a possibilidade do ensaio enquanto estratégia, já havia me deparado com as dificuldades de expressar certas angústias a partir de uma linguagem acadêmica. Durante o processo de escrita do projeto de mestrado, acabei encontrando na narrativa literária uma possibilidade de dar vazão àquilo que gostaria de dizer.

Quando os prazos para o exame de qualificação estavam próximos, passei por um momento em que tinha grandes dificuldades para conseguir escrever o projeto que deveria entregar à banca. Apesar de não acreditar muito em inspiração, sentia um vazio de ideias e vontades que resultava em páginas em branco. Em determinado momento, quando percebi que forçar uma escrita não estava funcionando, decidi que era uma boa ideia sentar na frente do computador e escrever a primeira coisa que viesse à cabeça, deixar fluir, ou, como diz Benjamin, apostar em uma narrativa enquanto processo artesanal, produzida pelo encontro da mão com a alma (Benjamin, 1987, p. 219).

Fui remetido a uma cena que há muito se escondia na minha memória. A história em questão aconteceu no Cafofo, espaço de oficinas artísticas e culturais

no Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso, o manicômio judiciário do Rio Grande do Sul. O lugar surge de uma proposta construída a partir do núcleo de estágio em Psicologia, durante a prática de estágio curricular em políticas públicas. Começou com a ocupação de uma sala meio abandonada e a vontade de fazer arte e acabou recebendo o respaldo dos pacientes, que começaram a se interessar pelo espaço. Quando foi notado – pelos seus efeitos terapêuticos, diga-se de passagem – começou a incomodar algumas pessoas que não costumam acreditar em estratégias terapêuticas que não sejam passíveis de se colocar dentro de uma capsula, mas isso é assunto para outra escrita.

Não participei dos primeiros movimentos de criação do Cafofo, porém, assim que percebi que uma sala tão pequena era capaz de produzir uma resistência tão grande do lado de dentro de um manicômio, comecei a acompanhar o espaço. A partir de um encontro vivenciado no Cafofo, escrevi um texto que, quando pronto, até gostei, mas achei que não teria espaço em uma produção acadêmica. A história que escrevi aconteceu em um dia marcado por uma incomum tranquilidade na sala da oficina. Assinalava o último dia de estágio do ano e, ao mesmo tempo, marcava a primeira vez que eu voltava a pisar no IPF⁹ depois de formado, com um documento oficial que garantia minha presença ali, justificada pela inserção no campo de pesquisa do mestrado. Toda a tranquilidade do momento, que deveria ser de fechamento de mais um ciclo de estágios, foi interrompida pela chegada de Rodrigo, também conhecido – e autodenominado – por Mestre. A intervenção de Rodrigo foi pontual. Insatisfeito por ter o seu dinheiro controlado pela tesouraria do IPF, ele começou um monólogo sobre sua insatisfação com a falta de autonomia para gerir o próprio dinheiro. Entrou na sala, falou e foi embora.

Por alguma razão que foge ao meu conhecimento, o fato de ter conseguido escrever sobre a angústia daquela situação fez com que o processo de escrita do projeto fluísse: escrevi com a leveza de alguém que conseguiu compartilhar um fardo. Achei que, muito mais pelo simbolismo do que pelo conteúdo, aquele escrito merecia aparecer no projeto. Sem saber onde colocá-lo, inventei um prólogo que, ainda que deslocado e, talvez, sem sentido aparente,

⁹ Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso

ensejou uma série de acontecimentos na pesquisa que estava por vir. Quando acabei aquele escrito não sabia, mas já começava a ensaiar.

Ainda sem saber onde colocá-lo, cito, na íntegra, a seguir, como fragmento de história que atuou como disparador na minha relação com o ensaio:

“Talvez um modo interessante de começar a falar sobre tudo isso seja (como normalmente é) contar uma história.

Como várias outras histórias, essa também começa pelo fim, que na verdade é o presente. A cena é composta por uma sala colorida, cheia de obras de arte coladas pelas paredes, onde poltronas disputam espaço com instrumentos musicais, pincéis, bolas de futebol e folhas de papel. No início da cena, este que narra divide a sala com outras duas pessoas e, enquanto uma delas toca violão, todos conversam despreziosamente. A sensação é de relativo conforto, a mistura colorida de tintas quase apaga o silêncio dos azulejos brancos. A porta aberta quase faz esquecer da grade na janela. Os sofás macios quase fazem esquecer o cheiro de latrina que vem de fora.

A conversa animadamente preguiçosa é brevemente interrompida pela entrada de uma quarta pessoa, que, em silêncio, pega um pincel e inicia o seu trabalho. Tudo segue calmo naquela sala que se transforma em uma ilha de tranquilidade e esperança no meio de um mar de merda. As três pessoas que inicialmente estavam na sala se olham e sorriem, satisfeitas por estarem “fazendo a diferença” naquele espaço. Inocentemente, o narrador chega a pensar que as coisas estão, de fato, mudando.

Se isso fosse uma peça de teatro, poderíamos chamar o que vem a seguir de segundo ato: os passos arrastados através do corredor comprido e vazio ecoam, como se anunciassem a sua chegada. A lentidão com que se aproxima cria um ambiente que mescla suspense e angústia. Ao, finalmente, aparecer na porta, todas as pessoas reconhecem-no. Aquele que se intitula de Mestre está ali na porta, encarando todos com um olhar que mistura angústia e

desapontamento. Suas roupas denunciavam que o Mestre, para chegar na ilha encantada, precisou nadar por muito tempo no oceano de merda.

Não mais que de repente, sua presença acinzentou as paredes e quebra a euforia narcísica das três pessoas que cultivavam a ilha encantada. O Mestre, com toda sabedoria daquele que já viveu muito para poder ensinar, lembra que aquele refúgio é só um pequeno ponto no oceano de merda e que, naquele espaço, a sensatez é exclusividade dos loucos. O Mestre, com toda sua sabedoria, faz os três jovens aprendizes verem para além do primeiro plano. Ele mostra os azulejos brancos por trás da tinta e a janela gradeada em frente à porta aberta. O narrador, um dos três jovens aprendizes, percebe então que a ilha, por mais linda que seja, é uma prisão, e que o único jeito de sair é nadando na merda, por muito tempo. Proeza conseguida por poucos.

Inocentemente, o narrador tenta argumentar com o Mestre, dizendo que na ilha os jovens aprendizes trabalham arduamente para construir uma ponte, pela qual será possível atravessar o oceano de merda sem se sujar e que a demora faz parte do processo, uma vez que a ponte precisa ser resistente e longa o suficiente para alcançar o continente. O Mestre, com um sorriso irônico, pergunta de onde viria a matéria prima para tal ponte, sendo a ilha tão pequena e desprovida de recursos? Desconcertado, o narrador tergiversa e foge da pergunta, porque, no fundo, ambos sabem que a ponte é feita de vidas que não valem nada. ”

Hoje vejo que, naquela tarde, o encontro com Rodrigo produziu um desses abalos que desestrutura a linearidade da pesquisa. A atitude de Rodrigo quebrou a ilusão quase juvenil, compartilhada pela equipe, de que aquelas oficinas, por mais que fossem resistências, estavam colocando em xeque a institucionalização que se produz no manicômio judiciário. Hoje percebo que a intervenção de Rodrigo mostrou que, ainda que em proporções muito diferentes, ambos éramos reféns da institucionalidade, ambos estávamos sujeitos a lógicas disciplinares. Através do ensaio – ainda que não soubesse que estava escrevendo um – e da experiência que se produziu a partir desse encontro, pude repensar meu percurso.

Sinto que o momento em que fui apresentado formalmente ao ensaio pode ser definido como um reencontro com o desejo de pesquisar. Não que eu tenha encontrado uma resposta teórica salvadora que me tirou de um beco epistemológico ou algo que o valha. O fato é que não sei explicar exatamente o porquê dessa “retomada de desejo”, mas encontrar uma outra possibilidade de produção escrita fez com que eu reavaliasse minha posição de pesquisador. Tudo aconteceu meio de surpresa. Dois colegas do grupo de pesquisa propuseram uma oficina de escrita cujo objetivo era escrever cartas destinadas para o próprio grupo. Como disparador do momento, trouxeram excertos de dois artigos de Jorge Larrosa. A ideia era que, depois de escrever as cartas, o grupo todo pudesse lê-las, manuseá-las e fotografá-las para, em um segundo momento, olhando as fotos do primeiro encontro, pensássemos conjuntamente nos próximos passos da atividade.

Lembro que nesse dia eu não estava muito disposto. Sentia-me cansado e pouco propenso à escrita. Porém, de alguma maneira, aqueles trechos de artigos escritos por Larrosa dispararam algo em mim. A escrita fluiu, fui capturado pela dinâmica e o processo se estendeu. No encontro seguinte, a partir de uma discussão sobre a origem da palavra “estilo”, decidimos lançar mão dos estiletes – dessa vez sim o estilete convencional, encontrado em papelarias – e cortar os textos. As incisões no papel escrito foram baseadas na técnica conhecida como *cut-up*, muito utilizada pelo escritor inglês William Burroughs (Burroughs & Gysin, 1978), e que pretende formar novos textos a partir de rearranjos feitos com as palavras recortadas. A possibilidade de montar novos textos, produções imagéticas, poemas concretistas, produzir a partir do retalho, tudo isso permitiu misturar os textos, borrando o limite da autoria. De alguma forma, nesse *cut-up*, nesse processo de remontagem coletiva da escrita individual, consegui perceber o que queria fazer na minha produção escrita, pude enxergar alguns fragmentos desse mosaico se encaixando: um desenho começou a fazer sentido.

Mesmo que o ensaio enquanto estilo de escrita não fosse utilizado aqui, esse encontro já teria surtido efeito por aquilo que produziu em mim. Porém, quanto mais eu lia sobre a temática, mais percebia que a estética do ensaio poderia compor com aquilo que eu pretendia dizer. Quando Larrosa nos

diz que “no ensaio não se trata do presente como realidade, mas como experiência” (Larrosa, 2004, p.8), percebo que a potência da escrita ensaística, principalmente quando pretendo contar histórias, atua para além do retorno ao passado e do registro. O ensaio surge enquanto ferramenta para entender as condições de possibilidade daquilo que foi vivenciado, como isso foi apreendido e qual a potência criativa possível a partir dessas vivências, ou seja, a escrita da experiência no presente como forma de intervenção no porvir. Pensando nessa relação entre a escrita ensaística e a temporalidade, nessa apropriação do passado a partir do presente e como forma de enxergar alguma possibilidade de um futuro incerto, trago novamente um excerto do escrito de Larrosa:

O ensaio surge quando se abre a possibilidade de uma nova experiência do presente. Primeiro, quando o passado perdeu toda a autoridade e, portanto, volta a ser lido a partir do presente, mas sem nenhuma reverência, sem nenhuma submissão. Segundo, quando o futuro aparece como algo tão incerto, tão desconhecido, que é impossível se projetar nele. Terceiro, quando o próprio presente aparece como um tempo arbitrário, como um tempo que não foi escolhido, como um tempo que só pode ser tomado como uma morada contingente e provisória, na qual sempre nos sentiremos estranhos; como um tempo que escorre constantemente das nossas mãos, resistindo a qualquer uma das nossas tentativas de fixá-lo, de solidificá-lo, de traçar a sua forma e o seu perfil. (Larrosa, 2004, p.7)

Além da pertinência das proposições teóricas que contribuíram para a escolha do ensaio enquanto estética neste trabalho, também trago um posicionamento ético para justificar essa escolha. Tão importante quanto o conteúdo e relevância teóricos desse trabalho, considero a tentativa de produzir algo que, de alguma maneira, questione os padrões tradicionais impostos pela tradição acadêmica. Não posso garantir o sucesso da empreitada, mas a escolha pelo ensaio é, também, um posicionamento por outras formas de produção no meio acadêmico.

III – Biograf(em)ar

O biografema foi o último conceito que se aproximou de mim e, conseqüentemente, da dissertação. Digo que foi o conceito que se aproximou porque foi assim mesmo, quase que por acidente. Em um momento de escrita emperrada, numa conversa embalada por algumas cervejas, um amigo sugeriu um livro que tenta, assim como eu aqui, contar um pouco das histórias dessas Vidas do Fora (Fonseca & Costa, 2010). Hoje nem lembro mais o motivo da sugestão, sei que não era sobre biografema e muito menos sobre método, mas serviu. Numa passada rápida de olhos, encontrei um artigo que falava sobre as possibilidades de um método biografemático (Corazza, 2010). Um texto foi levando ao outro e acabei descobrindo essa outra maneira de falar sobre a vida e suas histórias.

Posso dizer que nessa criação de um *hodos-meta* de pesquisa, a partir do momento que decidi contar histórias, existe uma espécie de “flerte” com a ideia biográfica e, mais especificamente, com a noção de biografema, proposta por Roland Barthes, que surge como alternativa ao entendimento majoritário de uma biografia que seja fundada em determinismos históricos e lineares. A ideia de pautar o exercício de escrita sobre (e com) vidas a partir do *hodos-meta* biografemático é, necessariamente, trabalhar na composição entre real e ficcional, como nos diz Costa (2010), é a história atravessada pela fabulação, “sendo o biográfico o plano onde essas misturas efetivamente se dão”.

Ao rachar a palavra biografema (Garavelo, 2011, p. 85) encontramos uma estratégia de pensar a pesquisa que pressupõe um encontro com fragmentos de vidas, histórias, discursos, saberes, imagens, desejos e formas outras que não são representadas nas metodologias tidas como clássicas. Como nos diz Costa (2010, p. 121), o biografema, e seu uso nessa produção, é uma estratégia política, porque é a expressão daquilo que se entende e se quer acerca da vida.

Outro ponto importante a ser salientado sobre a escrita com intenções biografemáticas é a escolha por histórias menores. Não interessa aqui a grande história, ou a história verdadeira, muito menos uma suposta verdade em si. O que inspira a escrita desses fragmentos é o encanto pelo detalhe, pela fabulação, ou, como diria Eliane Brum quando nos apresenta aquelas vidas que ninguém vê (Brum, 2006), é poder perceber que “o ordinário da vida é o extraordinário”.

A ideia de contar essas histórias, esses excertos de vidas, em uma produção acadêmica aposta no ordinário e sua singularidade enquanto possibilidade de transformação a partir da potência do fragmento. Não importa aqui, necessariamente, o a priori ou a posteriori de cada história, mas sim o silêncio produzido nos espaços entre fragmentos. A intenção biografemática neste trabalho é parte da tentativa e da aposta em uma escrita onde pulsam os fragmentos tanto quanto o todo. É a busca, na escrita, por “golpes de pequenas solidões” (Barthes, 1984, p. 11). Esse flerte biografemático se impõe porque falar desse mosaico implica juntar biografia e bibliografia. Assim, faz-se necessário inserir fragmentos de vida na obra.

IV – Caminhos que se encontram

Por mais que a proposta de trabalhar com esses três conceitos amplos e complexos seja desafiadora, a aposta em usá-los na mesma produção acontece com o intuito de fazer os conceitos se encontrarem, tensionando o que têm em comum entre si e com as histórias que pretendo contar. Os três conceitos possuem uma compreensão semelhante no que diz respeito às questões da ordem dos afetos, se opõe a lógica tradicional de fazer pesquisa e se propõe maleáveis às exigências de uma produção em mosaico.

A escolha específica por tais ferramentas parte sim de uma afinidade teórica, mas também de uma estratégia de pesquisa que aposta na força de cada um desses conceitos e na torsão destes, resultando em um ponto de encontro. Faço tal escolha para pensar na cartografia como estratégia que me ajuda a trabalhar com esse percurso, no ensaio enquanto processo ético-estético de escrita e no biografema como ferramenta que possibilita entender a relação entre os fragmentos e o todo das histórias. Parto do encontro entre essas três estratégias a fim de compor o mosaico desse *hodos-meta*.

Assim, lançadas aqui as pistas de um caminho em parte percorrido, em parte com muito chão pela frente, uso as páginas que seguem como trampolim para me lançar nesse texto. Um texto que, por mais que transborde personalidade, abre mão de qualquer compromisso com uma suposta autoria. É

uma composição produzida a partir da errância das memórias, um misto de teoria com relatos e fabulações, enfim, uma proposta de encontro entre teoria e subjetividade.

3 – CLAUSURAS E RESISTÊNCIAS

Provavelmente escrever o “sobre o quê” é a parte que mais tomou meu tempo e sono nesse processo. Escolher um tema que seja inteligível e coerente e que não caia na megalomania, pessoalmente falando, é uma tarefa bastante difícil. Para tentar resolver esse problema, fui buscar na minha trajetória as possíveis pistas que me orientaram até aqui.

Durante toda a graduação fui extensionista. Sempre tive interesse nas atividades que fizessem uma “ponte” entre a teoria estudada em sala de aula e os vínculos com o meio não acadêmico. A extensão, sendo definida como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, que promove uma interação transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade, e concebida a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (FORPROEX, 2012), contribuiu de maneira significativa na minha formação, principalmente pela autonomia oferecida aos estudantes, característica comum a todos os espaços de extensão que frequentei.

Em paralelo aos projetos de extensão, realizei os estágios curriculares vinculados às temáticas de saúde mental e justiça criminal, mais especificamente trabalhando com manicômio judiciário e medida de segurança. O estágio no Instituto Psiquiátrico Forense e a experiência como extensionista acabaram se encontrando no programa “Des’medida: por um acompanhar na rede”, ao qual estive vinculado durante o último ano de graduação e os dois anos de mestrado. Pode-se dizer que grande parte da minha trajetória de graduação e toda a trajetória de pós-graduação foram ocupadas pela discussão da desinstitucionalização da medida de segurança, algo que, como não poderia deixar de ser, também ocupa papel de protagonista nesse escrito. Assim, a minha vinculação ao Programa de Pós-Graduação aconteceu porque encontrei no programa Des’medida a possibilidade de conciliar extensão universitária e desinstitucionalização da medida de segurança em uma experiência de mestrado.

Quando digo que pretendo trabalhar a desinstitucionalização da medida de segurança, entendo que seja necessário “desmembrar” essa

expressão a fim de tentar dar conta da sua complexidade e poder ampliar o espectro a respeito da temática. Falar em medida de segurança é, necessariamente, falar da relação entre loucura e periculosidade. Sendo assim, existem, principalmente, três aspectos iniciais a serem explorados: loucura, periculosidade e desinstitucionalização. Paralelamente, pretendo abordar como o espaço acadêmico – principalmente através do véu da ciência – contribuiu para que se criasse essa forte associação entre crime e loucura que culminou na criação da medida de segurança e do manicômio judiciário. A partir da exposição do cenário atual e da construção histórica dessas temáticas, tenciono apreender quais as condições de possibilidade para o surgimento da política de extensão universitária e seu papel nos processos de desinstitucionalização da medida de segurança, atuando como membrana entre o espaço acadêmico e as políticas públicas.

I – Modernidade e clausura

Lá bem no fundo está a morte, mas não tenha medo. Segure o relógio com uma mão, com dois dedos na roda da corda, suavemente faça-a rodar. Um outro tempo começa, perdem as árvores as folhas, os barcos voam, como um leque enche-se o tempo de si mesmo, dele brotam o ar, a brisa da terra, a sombra de uma mulher, o perfume do pão.

Quer mais alguma coisa? Aperte-o ao pulso, deixe-o correr em liberdade, imite-o sôfrego. O medo enferruja as rodas, tudo o que se poderia alcançar e foi esquecido vai corroer as velas do relógio, gangrenando o frio sangue dos seus pequenos rubis. E lá bem no fundo está a morte, se não corrermos e chegarmos antes para compreender que já não interessa nada. (Cortazar, 2009)

Operando essa escrita a partir da lógica do mosaico, não se pode perder de vista a tensão entre o todo e os fragmentos que o compõem e o contêm. Partindo desse raciocínio, comecei a perceber que todas essas histórias que trago – teóricas ou não – sustentam-se em suas singularidades, porém,

apesar de entender isso, ainda não compreendia qual era a linha que as transversalizava.

Na busca por algo que trouxesse respostas para tais questionamentos, comecei a perceber que todas essas histórias, de uma maneira ou de outra, possuíam alguns pontos de referência que eram compartilhados. Pensei que, talvez, na relação entre pragmatismo e fantasia pudesse encontrar algumas pistas que explicassem o porquê de eu ter escolhido algumas histórias específicas para juntar nessa produção. Assim, decidi apostar no encontro entre literatura e filosofia para encontrar as pistas que me fizeram chegar até aqui. Um bom exemplo é o do escritor argentino Jorge Luis Borges, que, ao ser interrogado sobre o caráter fantástico de suas obras, responde que quando alguém escreve uma história sobre o mundo, mesmo que de maneira realística, acaba escrevendo uma história fantástica, porque o mundo em si é fantástico (Borges, 2006).

Talvez seja justamente essa lente fantástica na maneira de olhar o ser humano que fez com que Foucault buscasse inspiração no escritor portenho para nos introduzir uma de suas obras mais interessantes. De maneira sagaz, quando escreve o prefácio de "As palavras e as coisas", o autor francês se inspira na enciclopédia chinesa apresentada por Borges para lançar as bases daquilo que ele vai tornar a discussão central do livro: as relações do ser humano¹⁰ com as discursividades de determinada época ou, como o próprio autor nos apresenta, "o balizamento dos mecanismos de poder no interior dos próprios discursos científicos: a qual regra somos obrigados a obedecer, em uma certa época, quando se quer ter um discurso científico sobre a vida, sobre a história natural, sobre a economia política?" (Michel Foucault, 2003, p.226 – 227).

¹⁰ No livro "As palavras e as coisas", Michel Foucault apresenta "o homem" enquanto um conceito: "Antes do fim do século XVIII, o homem não existia", diz o autor. Gostaria de pontuar que, onde foi possível por não se tratar de um conceito, substituí a palavra "homem" por "ser humano". Tal modificação diz respeito a uma escrita ética que se propõe não sexista, afinal, "Existe um uso sexista da língua na expressão oral e escrita (nas conversações informais e nos documentos oficiais) que transmite e reforça as relações assimétricas, hierárquicas e não equitativas que se dão entre os sexos em cada sociedade e que é utilizado em todos os seus âmbitos" (Cervera & Franco, 2006).

Tal enciclopédia é intitulada de “Empório Celestial de Conhecimentos Benévolos” e Borges utiliza esse exemplo para nos apresentar à frase que talvez tenha inspirado Michel Foucault: “não há classificação do universo que não seja arbitrária e conjectural” (Borges, 2000). Quando nos exhibe a lógica classificatória de tal enciclopédia, Borges conta que o volume classificava os animais em diversas categorias, dentre elas algumas pouco usuais para o nosso padrão ocidental, como: “(a) pertencentes ao Imperador, (b) embalsamados, (c) amestrados, (d) leitões, (e) sereias, (f) fabulosos, (g) cães soltos, (h) incluídos nesta classificação, (i) que se agitam como loucos, (j) inumeráveis (k) desenhados com um finíssimo pincel de pelo de camelo”(Borges, 2000). O que o escritor argentino nos aponta de maneira irônica e fantástica é a base da teorização que o filósofo francês vai tecer a partir da passagem do século XVIII para o século XIX, a passagem da episteme clássica para episteme moderna. O que Foucault vai nos apresentar é uma verdadeira revolução na lógica de funcionamento das relações e modos de pensar e viver.

A produção escrita que desenvolvo aqui é, assim como todos os referenciais teóricos que utilizo, parte de um contexto amplo e complexo que se insere nesse conjunto discursivo da contemporaneidade, o qual vai ser chamado de “episteme moderna”. Para entender o que representa essa passagem de uma episteme para a outra e o porquê da importância de analisarmos isso, é fundamental buscar de que forma Foucault define episteme. Segundo o autor,

não é uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas. (Michel Foucault, 2009, p. 214)

Apesar de a produção de conhecimento por parte do ser humano ser característica do processo evolutivo e acontecer desde o surgimento do *homo sapiens*, essa linha histórica é marcada por algumas revoluções. A partir do momento em que as condições de possibilidade de determinada época oferecem as bases necessárias para uma alteração na forma como o ser humano pensa o mundo ao seu redor e, principalmente, como se pensa nesse mundo, surgem as condições para o aparecimento de uma outra episteme. Antes de expor essa

maneira moderna de pensar o mundo, Foucault nos apresenta à episteme renascentista, que possuía uma forte ligação com razões cosmológicas, estreitando os laços entre fenômenos naturais, natureza humana e a infinitude (Silveira, 2008).

A passagem para a episteme clássica acontece entre o final do século XVI e início do século XVII e nos demonstra o deslocamento desse modo de pensar fundado em razões cosmológicas para uma ordem do discurso enquanto representação. Segundo nos mostra Foucault, a Época Clássica é um período onde está posta uma lógica taxonômica de classificação dos seres da natureza. Se ainda existe o caráter cosmológico onde um Deus aparece como criador, ao ser humano é atribuída a responsabilidade de organizar e classificar essas obras divinas. Segundo Foucault, na Idade Clássica “a vida não constitui um limiar manifesto a partir do qual formas inteiramente novas do saber são requeridas. Ela é uma categoria de classificação, relativa, como todas as outras, aos critérios que se fixarem” (Foucault, 2000a, p.222).

Quando trabalha com as características do modo de pensar contemporâneo, Foucault (2000, p.438) remonta ao início do século XIX para apresentar a transição entre a episteme clássica e a episteme moderna a partir do surgimento do homem enquanto “duplo empírico-transcendental”, remetendo ao lugar que este ocupa na episteme. Apresentar o homem enquanto essa figura ambígua que é, ao mesmo tempo, empírica e transcendental, é apresentar a passagem de um ser que deixa de atuar apenas como observador e classificador, situado num plano externo, para um ser que se coloca tanto como sujeito quanto como objeto dessa discursividade moderna,

e se, por um lado, o homem é simplesmente um meio, uma peça intermediária que atualiza, sedia ou reanima um “já começado”, um já começado de um certo tipo de vida, de uma determinada organização produtiva e de regras lingüísticas específicas, por outro lado, não se pode negar que ele é princípio dessa vida, desse trabalho e dessa língua que nele se atualizam. (Noto, 2011, p.40)

Ainda que Foucault não explique o que permitiu o aparecimento da episteme moderna (Rabinow & Dreyfus, 1995, p.30), ele aponta que, a partir dessa abrupta separação, o homem não se reconhece mais em um mundo

pautado por uma organização divina ou ao lado dos animais no quadro da história natural.

O homem, que era um ser entre outros, torna-se agora um sujeito entre objetos. Mas ele não é apenas sujeito entre objetos; ele logo entende que aquilo que tenta compreender não são apenas os objetos do mundo, mas a si mesmo. Ele se torna o sujeito e o objeto de seu conhecimento. Agora, o homem está limitado pelo seu envolvimento com uma linguagem que não é mais um suporte transparente, mas uma densa rede com uma história própria. O sujeito cognoscente, por estar envolvido com a linguagem, sem um campo de luz que permita um acesso direto à estrutura dos objetos e do mundo, não é mais um puro espectador. (Rabinow & Dreyfus, 1995, p.30)

Encarar o homem como essa figura ambígua a partir da análise filosófica elaborada por Foucault pode se mostrar um exercício complexo de abstração. Assim, podemos, como fez Foucault com Borges, garimpar na literatura fragmentos que nos permitam pensar essas relações de poder e jogos de verdades, enfim, usar a literatura enquanto ferramenta para entender as condições de possibilidade para o surgimento daquilo que vai se denominar episteme moderna.

Quando Foucault salienta o deboche com que Borges nos apresenta os padrões classificatórios da enciclopédia chinesa, podemos ir mais além e apontar ironia semelhante em seu conterrâneo Julio Cortazar. Quando nos apresenta o seu bestiário, indica instruções para subir escadas ou de como dar cordas ao relógio, é desse universo fantástico que emerge, a partir da sutileza irônica, o que Foucault vai chamar de “desordem que faz cintilar os fragmentos de um grande número de ordens possíveis na dimensão, sem lei nem geometria, do heteróclito” (Michel Foucault, 2000, p. XII).

A densidade introspectiva que desponta na literatura a partir do século XIX, assim como as bases daquilo que mais tarde vai ser denominado de realismo fantástico, inauguram não só uma concepção moderna de literatura, mas trazem à tona a complexidade característica de toda essa discursividade moderna que será teorizada por Foucault. O que interessa apontar aqui é que os autores argentinos, assim como o próprio Foucault, nos apresentam de maneira magistral o surgimento de um homem diferente, que se complexifica a

partir do momento que aparece tanto como sujeito quanto como objeto dessas angústias e inquietações literário-filosóficas.

A partir dessa concepção elaborada por Foucault, pode-se pensar que essa maneira moderna de pensar o ser humano que está presente na trajetória teórica do autor aparece, também aqui nessa produção, transversalizando as principais categorias que pretendo discutir. Loucura, periculosidade, desinstitucionalização, extensão universitária, todas essas são categorias que surgem a partir dessa episteme. Porém, além dessa relação, nas páginas que seguem, pretendo discutir outra similaridade entre essas categorias e que também surge enquanto característica da episteme moderna: a clausura.

Presença constante nas análises filosóficas ocidentais, a partir do século XIX a clausura assume um papel recorrente na obra de Michel Foucault. Pode ser compreendida a partir das condições de possibilidade que surgem na episteme moderna, mas, ao mesmo tempo, se atualiza para além da discursividade da episteme, assumindo o caráter de dispositivo disciplinar. Tal conceito é definido por Foucault como

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (Michel Foucault, 1995, p. 244)

Assim, quando Foucault nos apresenta em suas obras o início do encarceramento da loucura (Foucault, 2013) e detalha a incorporação dos presídios pela lógica jurídica e institucionalização do castigo através dos muros da prisão (Foucault, 2009b), fica mais aparente essa associação entre episteme moderna e clausura. Porém, para além desses exemplos, gostaria de trazer aqui nesse texto, a partir, também, das minhas vivências, a possibilidade de pensar a atualização da clausura para além da lógica discursiva. Nesse sentido, pretendo abordar as formas como o encarceramento transversaliza a episteme moderna e, a partir de jogos de verdade e relações de poder, se enraíza não só

em manicômios e prisões, mas também em instituições de ensino formal, operando através da lógica disciplinar na produção de sujeitos docilizados.

Cabe ressaltar que, por mais que se trabalhe com o conceito de episteme moderna e com a figura da “passagem” de uma episteme para a outra, não estou afirmando a extinção da episteme clássica. Ainda que permeados por uma relação com a episteme moderna, diversos instrumentos criados pela lógica disciplinar correspondem a uma lógica clássica. Se pensarmos nos manuais diagnósticos utilizados pela Psiquiatria, por exemplo, pode-se dizer que são utilizados em um contexto marcado pela lógica disciplinar operando nos corpos, porém tem sua escrita sistemática e classificatória ancorada em uma maneira de pensar que remete à episteme clássica. Assim, podemos recorrer a Foucault, quando o autor propõe que não tomemos a modernidade unicamente como uma época, ou o conjunto de traços que determina uma época, mas a partir de uma atitude moderna, ou seja, um *ethos* filosófico como crítica, “uma maneira de pensar e sentir, uma maneira também de agir e de se conduzir que, tudo ao mesmo tempo, marca uma pertinência e se apresenta como uma tarefa” (Foucault, 1984, p. 342).

II – Poder e luta

*aguantamos el frío del Ártico, el calor del Trópico
aguantamos con anticuerpos los virus microscópicos
aguantamos las tormentas, los huracanes, el mal clima
aguantamos Nagasaki, aguantamos Hiroshima...
aunque no queramos, aguantamos nuevas leyes
aguantamos hoy por hoy que todavía existan reyes
castigamos al humilde y aguantamos al cruel
aguantamos ser esclavos por nuestro color de piel
aguantamos el capitalismo, el comunismo, el socialismo, el
feudalismo
aguantamos hasta el pendejismo
aguantamos al culpable cuando se hace el inocente
aguantamos cada año a nuestro puto presidente
por lo que fue y por lo que pudo ser
por lo que hay, por lo que puede faltar
por lo que venga y por este instante
a brindar por el aguante!*
(Calle 13, 2014)

É importante dizer que a constituição desse mosaico é mais uma tentativa de, durante esse percurso, resistir à lógica manicomial que segue se impondo às estratégias de cuidado que pressupõe um sujeito de direitos e desejos. Resistir, justamente por ser uma condição de minoria, acaba se tornando um processo penoso e que exige algumas estratégias. Pode-se dizer que desde que entrei em um manicômio pela primeira vez, o incômodo gerado produziu algo em mim e, com o tempo, fui percebendo que não era apenas espectador desse processo: sendo ator, era necessário resistir.

Juntando teorias e vivências, aos poucos fui encontrando formas de resistência à lógica manicomial, umas mais efetivas do que outras. Durante três anos atuei como estagiário do IPF e, ao fim desse período, escrevi um trabalho de conclusão de curso. Nesse trabalho pretendia abordar as formas de resistir às forças repressivas do manicômio a partir da visão de quem está do lado de dentro (estagiando ou trabalhando). Lembro que utilizei um trecho da música “Primavera nos Dentes” (Ricardo & Apolinário, 1973) como alegoria, apostando na potência de resistência do núcleo de estágio em Psicologia dentro dos muros do manicômio. Escrevi no TCC:

Dessa forma, entendo que o estágio de Psicologia dentro do manicômio judiciário “inventa a contra-mola que resiste” e cria espaços de resistência à lógica manicomial. Espaço esse que precisa se reinventar constantemente para tentar não ser esmagado. Espaço criador que há quatro anos tenta produzir uma pequena fissura, que por mais devagar que se espalhe, seja tarde para remendos quando for percebida.

A ideia que apresentei no TCC – e continuei utilizando até o projeto de qualificação do mestrado – era baseada no conceito de Zona Autônoma Temporária, trabalhado pelo filósofo Hakim Bey (Bey, 2001) e que propõe uma escolha estratégica pelo levante ao invés da revolução. Essa estratégia produziria uma operação de guerrilha responsável por um pico de liberdade, que deve desaparecer antes de ser capturada ou esmagada pelo braço repressor do Estado. No caso do estágio no IPF, essa analogia fazia muito sentido. Na posição de estagiárias e estagiários – e mesmo para as psicólogas supervisoras – era necessária uma reinvenção constante das práticas para tentar escapar dos

tentáculos de repressão produzidos e sustentados pela instituição. Lembro que essa dinâmica produzia uma espécie de jogo de compensação: se por um lado era extremamente desgastante lutar contra o *modus operandi* do manicômio judiciário, por outro, os pequenos avanços de desinstitucionalização e os pacientes que conseguiam a desinternação acabavam sendo a recompensa esporádica que sustentava aquela guerrilha.

Quando deixei de ser estagiário e virei psicólogo, decidi manter-me combativo nessa resistência. Em um misto de exaustão pelas batalhas travadas dentro dos muros do manicômio e de aposta em novas alternativas, decidi seguir nessa disputa, porém a partir de outro lugar. Aproveitei a inserção no programa Des'medida para poder pensar essa resistência a partir da Universidade e, mais especificamente, a partir da extensão. Escolhi esse lugar pelas vivências anteriores em programas de extensão e pela vontade de seguir lutando.

Se por um lado a condição de pesquisador universitário pressupõe uma produção de conhecimento, aprendizados, trocas e carrega a vantagem de não possuir os muros do manicômio, por outro, acabei percebendo que os muros da Universidade não são necessariamente feitos de concreto como os do manicômio, porém, simbolicamente eles podem ser até mais altos. Percebi que ao escolher resistir a partir da Universidade, continuava sujeito a uma organização disciplinar e normatizadora. Decidi que ia, assim como fiz durante meu estágio no IPF, buscar maneiras de resistir a essa lógica nas lacunas possíveis, afinal, “um pouco de possível senão eu sufoco” (Deleuze, 2010, p.135).

Apostei, segundo as minhas vivências, que encontraria uma dessas lacunas na extensão, e decidi aproximá-la da pesquisa. Por mais que conceitualmente extensão e pesquisa, junto com o ensino, sejam parte de um tripé que se propõe equânime, na prática acaba sendo um pouco diferente. Extensão e pesquisa se distanciam em vários aspectos, principalmente nos que dizem respeito à quantidade de financiamento e reconhecimento.

O percurso teórico apresentado por Foucault ao discutir a constituição do sujeito moderno permitiu que eu começasse a compreender as condições de possibilidade que viabilizaram essa diferença na valoração entre pesquisa e

extensão. Porém, apesar das diferenças, decidi acompanhar aquilo que aproximava esses campos que dialogam cada vez menos. Decidi usar esse espaço para potencializar aquilo de comum que atravessa a pesquisa e a extensão, principalmente no que diz respeito à associação entre loucura, lei e conhecimento.

Na sua problematização sobre a episteme moderna, Foucault nos apresenta as bases para uma nova discursividade sobre o sujeito, a qual se torna objeto de estudo para o autor, a fim de entender porque determinados discursos são aceitos como verdadeiros em detrimento de outros. Partindo desse pressuposto, o que pretendo abordar a partir desse ponto é o surgimento do encarceramento da loucura e do conceito de periculosidade, ou seja, das bases que sustentam a medida de segurança, e sua localização no seio dessa nova maneira moderna de pensar.

Essa episteme moderna apresentada por Foucault atualiza as condições para que determinados discursos sejam encarados como verdadeiros ou não, ou seja, incide diretamente no campo do saber a partir de técnicas e condições que permitem ou não que determinadas proposições entrem no campo da verdade, constituindo o conceito de disciplina. O autor aponta que “uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos”. (Foucault, 1996)

O uso discursivo do conceito de disciplina que Foucault aponta prepara o terreno para um dos eixos centrais da obra do autor: a relação entre saber e poder. Ao ser questionado sobre o teor da sua pesquisa, Foucault (2003, p. 229) diz que seu foco é pesquisar os efeitos de verdade que uma sociedade produz a cada instante. Segundo o autor, tais produções não podem ser dissociadas de mecanismos de poder que as induzem. A partir dessa tensão verdade/poder, e, por consequência, saber/poder, Foucault vai deslocar a análise do poder de uma noção de soberania e dominação para um lugar estratégico, onde se encontram todas as relações saber/poder, segundo o autor,

não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não

devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em redação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. (Foucault, 2009b, p.30)

Pode-se dizer que, para Foucault, o poder aparece como uma microfísica posta em jogo pelos aparelhos e instituições e que atua sobre os corpos (Foucault, 2009b, p.29). Conceber o poder enquanto microfísico é dizer que ele “mais se exerce do que se possui”, que não é um privilégio que se possa transferir, mas efeito de posições estratégicas. Essa concepção tira do poder o caráter do “tudo ou nada”, sua condição unívoca, criando, ao mesmo tempo, inúmeras formas de opressão e inúmeros focos de luta e possibilidades de resistência. Ao tirar do poder o caráter unicamente repressivo, se criam as condições para que se pense o poder enquanto força produtiva, uma vez que permeia todo o tecido social (Foucault, 1995d).

Dito isto, pode-se concluir que a gama de condições que acaba culminando na seletividade penal e no encarceramento em massa não é mais fruto exclusivo de uma opressão vertical e unilateral exercida por um soberano (como acontecia na idade média, por exemplo), mas sim de uma rede microfísica, ramificada e multifacetada de poderes que se entranha em todo corpo social. Duarte (2008, p. 4), ao analisar a obra do autor francês, nos aponta que

Foucault não concebe o poder nem como violência legalizada nem como a violência que escapa à lei, pois, segundo suas análises, as relações de poder não se constituem na base das relações legais, no nível do Direito e dos contratos, mas sim no plano das disciplinas e de seus efeitos de normalização e moralização. Em poucas palavras, o que Foucault havia descoberto não era a impotência ou inoperância do poder soberano, mas sim a maior eficácia de um conjunto de poderes que, em vez de negar e reprimir, atuavam discretamente na produção de realidades e efeitos desejados por meio de processos disciplinares e normalizadores.

A leitura que se pode fazer a partir do percurso teórico desenvolvido pelo autor é que a virada da episteme clássica para a episteme moderna na

passagem do século XVIII para o século XIX contribui de maneira decisiva para a concepção do poder enquanto microfísico. As monarquias da época clássica não foram responsáveis somente por constituir grandes mecanismos do que viriam a ser os Estados, como exército e administração local, mas também porque “instauraram o que se poderia chamar uma nova ‘economia’ do poder, isto é, procedimentos que permitem fazer circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo continua, ininterrupta, adaptada e ‘individualizada’ em todo o corpo social” (Foucault, 1995d).

Após aprofundar seus pensamentos sobre a problemática do poder, o conceito de disciplina que Foucault concebeu inicialmente se transforma, deixa de centrar sua lógica nas formas e passa a privilegiar a análise das forças (Deleuze, 2010). A partir do momento em que aquele conjunto de métodos vinculados a um saber específico encontra em uma instituição total as condições de possibilidade para incidir nos corpos, percebe-se uma atualização do conceito de disciplina. Passa a ser, então, uma “série de métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhe impõe uma relação de docilidade-utilidade [...]” (Foucault, 2009b, p. 133).

Foucault propõe uma forma de pensar as relações de poder de maneira mais próxima a nossa situação presente, que implica vínculos mais estreitos entre teoria e prática. O autor apresenta uma metáfora e sugere que pensemos o poder a partir das resistências que se opõe a ele, comparando-as a um catalisador químico, a fim de “esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados” (Foucault, 1995b, p.234). Ao indicar que analisemos o poder a partir do antagonismo de suas estratégias, Foucault sugere, por exemplo, que para pensar a sanidade, investiguemos a loucura, para problematizar a legalidade, tomemos a ilegalidade.

O poder a partir da lógica disciplinar encontra no corpo um campo de batalha. A ciência se sustenta até hoje, firme e forte, porque localiza no corpo as condições de possibilidade para exercer o poder, num eterno jogo de retroalimentação, onde o corpo que é investido pela ciência é o plano que cria as condições para a legitimação desses jogos de poder. Ao situar o

posicionamento ético de tomar o poder a partir da resistência, Foucault nos mostra que o que interessa enquanto luta ante as verdades legitimadas não é enfrentar um poder determinado, mas sim enfrentar uma técnica de poder. Dessa maneira, o autor lança as bases para pensar num corpo que ao mesmo tempo em que é investido, resiste ao poder.

Partindo desse percurso realizado pelo autor, o plano de fundo teórico dessa produção começa a se delinear. Entender que a disciplina se caracteriza pela incidência de um corpo teórico, legitimado pelo caráter da verdade, sobre o sujeito e que tal incidência faz parte de uma rede microfísica de jogos de poder, é condição para compreender o percurso desse trabalho. A partir daí é necessário dizer que toda lógica que sustenta o caráter de periculosidade e o encarceramento da loucura é uma produção a partir de disputas em jogos de verdade. Somente dessa maneira será possível criar estratégias de guerrilha que, se aproveitando do caráter produtivo da microfísica do poder, ajudem a construir possibilidades de resistência.

A concepção microfísica do poder cria as condições de possibilidade para estratégias de resistência dentro da lógica massiva de produção de subjetividade. Assim, é importante compreender essa estratégia enquanto uma guerrilha, que compreendendo seu caráter menor, pode se colocar enquanto luta frente à lógica dominante. A proposição de luta para Foucault surge a partir da concepção de sua obra enquanto uma “filosofia analítica do poder” (Castro, 2004). Para o autor, tal filosofia consiste em tornar visível aquilo que é visível, “analisar as forças que constituem nosso presente”. Assim, Foucault apresenta seu conceito de luta a partir de quatro pontos principais: 1) não se deve tomar o poder de maneira massiva ou global, mas sim compreender este enquanto jogos, em termos de táticas e estratégias; 2) as lutas são fenômenos descentrados, que partem de problemas mais específicos e locais; 3) tais lutas têm por objetivo os efeitos do poder e sua forma concreta de exercício; 4) por último, são lutas imediatas (Castro, 2004).

Apostar no poder enquanto luta contra o poder é apostar nessa guerrilha enquanto “processo de diferenciação permanente”, oposição à produção massiva de subjetividade, enfim, uma espécie de revolução molecular (Guattari & Rolnik, 1996). Guattari (1987), ao propor uma micropolítica do desejo, que “se

esforça para situar e relativizar sua ação, em função de uma prática analítica, opondo-se passo a passo aos hábitos repressivos, ao burocratismo, ao maniqueísmo moralizante que contaminam atualmente os movimentos revolucionários”, nos mostra uma possibilidade de resistência à macroestrutura a partir do micro, sempre levando em consideração “um trabalho analítico sobre si mesmo tanto quanto um trabalho político fora”.

Nesse escrito, aproximo minhas vivências do percurso teórico desenvolvido por Michel Foucault. Por mais que até agora eu tenha dedicado várias linhas para discutir questões como a episteme moderna, as formas de saber e suas relações com os jogos de poder, a lógica disciplinar e outros conceitos, é importante ressaltar que o foco da pesquisa que desenvolvo aqui é outro. Foucault, ao falar sobre sua produção teórica, diz que antes de uma análise do poder ou de suas formas, o seu objeto de estudo sempre “foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tomaram-se sujeitos” (Foucault, 1995b, p. 231).

Assim, nas próximas páginas analiso os jogos de poder que fomentam as produções massivas de subjetividade, principalmente no que se refere às temáticas da loucura e sua relação com a lei e o conhecimento. Também abordo as forças que oferecem resistência a essa captura massiva, produzindo estratégias de guerrilha e lutando contra a docilização desses corpos, no que diz respeito à produção massiva de subjetividades.

III – Loucura

Naquela mesma tarde, Maria foi inscrita no asilo com um número de série, e com um comentário superficial sobre o enigma da sua procedência e as dúvidas sobre sua identidade. Na margem ficou uma qualificação escrita a mão pelo diretor: agitada. (Marquez, 2013)

Entre todas as formas de operacionalização da clausura, provavelmente as instituições manicomiais são onde a lógica disciplinar mais se

evidencia. Hospícios e manicômios judiciários – e uma série de outros espaços – carregam essa mácula da segregação da loucura. Circular por estes espaços diariamente e observar as forças dessas instituições incidindo sobre os corpos que, pouco a pouco, vão perdendo sua vitalidade, foi fundamental para compreender o porquê de ainda existirem espaços desse tipo e quais os interesses por trás da manutenção de uma lógica tão perversa.

Por mais que estejamos no décimo sexto ano do século XXI e à beira de uma das avenidas mais movimentadas de Porto Alegre, próximo ao mais recente viaduto construído na cidade, segue firme e forte o Hospital Psiquiátrico São Pedro. Incrustado ali há mais de um século e vizinho de uma igreja, uma creche e um manicômio judiciário, o maior e mais antigo manicômio do Estado segue em funcionamento. Sustentado pela fortaleza da loucura, o terreno de proporções colossais que está localizado em área de grande interesse, segue intocado, tendo resistido, inclusive, às movimentações insaciáveis do mercado imobiliário, demonstrando que existe muito mais do que blocos de concreto sustentando toda aquela estrutura.

Apesar de sofrerem com a passagem dos anos, os pavilhões do manicômio, inaugurado pela Princesa Isabel no ano de 1884, não só se mantêm em pé como ainda são responsáveis pelo confinamento da loucura. Como se não bastasse que tal tipo de organização ainda siga em funcionamento, o pórtico de entrada do HPSP ostenta uma faixa com os dizeres “O Hospital Psiquiátrico São Pedro cumpre sua função social”. A primeira vez que vi essa faixa fiquei um tanto quanto confuso, porque, apesar de discordar completamente das intenções de quem a colocou, de alguma maneira concordava com o conteúdo.

A faixa, colocada no início de 2015, manifestava uma resposta da direção do manicômio e da nova coordenação de saúde mental do Estado às críticas de militantes do movimento da luta antimanicomial que se posicionavam contra retrocessos na política da saúde mental do Rio Grande do Sul. A maneira como as políticas públicas de saúde mental têm sido conduzidas no Estado e os embates entre militância antimanicomial e governo municipal e estadual, por si só, já dariam material suficiente para uma dissertação. Porém, o que quero pontuar aqui é o significado do cartaz. Qual a função social de um manicômio?

Provavelmente a primeira resposta que vem à cabeça é que a função do manicômio é servir de destino para as pessoas consideradas loucas.

Acho que, até aqui pelo menos, tanto as pessoas que colocaram a faixa quanto os militantes do movimento antimanicomial – me incluo aqui – concordam com essa resposta. Talvez a questão que necessite uma análise um pouco mais aprofundada seja o porquê de destinar uma instituição para enclausurar a loucura. Além disso, uma pessoa mais inocente poderia se perguntar qual o motivo de a loucura ser a única condição crônica atendida pela medicina que implica em um conjunto de restrições que englobam internação por tempo indeterminado, perda de direitos, privação de liberdade, deslegitimação de discurso, contenção física e química e tantas outras intervenções. Nesse sentido, cabe analisarmos qual a origem do encarceramento da loucura e porque isso se sustenta até hoje.

Escolher falar sobre a Loucura, essa com “L” maiúsculo e tal como conhecemos hoje, acaba sendo um grande desafio. São inúmeros os pontos de partida e os intelectuais que já trabalharam com a temática. Aquilo que hoje chamamos de loucura já foi interpretado de diversas formas ao longo da história, desde os “humores” que subiam para a cabeça na interpretação dos médicos da Grécia antiga, passando pela santidade ou possessão demoníaca, chegando às classificações dos manuais inquisitoriais que pretendiam dar conta da “grande quantidade” de hereges até aos manuais diagnósticos da medicina contemporânea. Assim, pode-se abordar a loucura através das mais variadas áreas do conhecimento (Filosofia, Psicologia, História, Literatura, Artes, Sociologia, Antropologia...) e das mais diversas obras, porém, uma escolha de ponto de partida faz-se necessária para delinear esse escrito.

O que todos esses campos do conhecimento têm em comum é o fato de pensarem o ser humano a partir de suas relações, seja com a cultura, com os outros, consigo mesmo, enfim, pensar o ser humano a partir desse universo relacional característico da episteme moderna. O que interessa aqui nessa produção é refletir sobre o lugar da loucura a partir das práticas de exclusão e da produção de estigma, inicialmente via encarceramento indiscriminado da loucura, mas principalmente a partir do surgimento da Psiquiatria e suas

classificações nosográficas, chegando até a relação entre o saber psiquiátrico e a lei, que vai acabar fundando as bases da medida de segurança.

Além dos avanços das ciências naturais e da abertura aos ideais racionalistas, o início do encarceramento da loucura surge no vácuo deixado por uma patologia que assolou o mundo até o final da Idade Média: a lepra. No começo do seu tratado sobre o surgimento da loucura, Foucault nos mostra que no período compreendido entre a alta idade média e o fim das cruzadas, ou seja, aproximadamente entre os séculos V e XIII, os leprosários existiam em abundância por toda Europa, chegando a haver, somente na Escócia e Inglaterra, 220 instituições destinadas à enfermidade (Foucault, 2013, p.8).

Graças ao próprio isolamento dos enfermos e ao fim do contato com os focos de doença no oriente, os casos de lepra foram rareando. A falta de pacientes que ocupassem as instalações dos leprosários acabou produzindo um vazio que se estende para além das instalações destinadas à doença visto que nessa época a lepra cumpria um importante papel para a igreja católica, que era sinalizar no corpo dos impuros os sinais de punição divina. Foucault aponta que dois ou três séculos mais tarde os jogos de exclusão aos quais a lepra estava submetida serão retomados de maneira muito semelhante: “Pobres, vagabundos, presidiários e ‘cabeças alienadas’ assumirão o papel abandonado pelo lazarento, e veremos que salvação se espera dessa exclusão, para eles e para aqueles que os excluem” (Foucault, 2013, p.10).

Podemos dizer que aquilo que Foucault vai chamar de a grande internação do século XVI tem seu marco com um decreto real instaurado em 1656 que “era a última das grandes medidas que tinham sido tomadas a partir da Renascença a fim de pôr termo ao desemprego ou, pelo menos, à mendicância” (Foucault, 2013, p. 73). O que o autor nos diz é que a passagem de um processo de acumulação de capital calcado no mercantilismo para uma lógica industrial lançou as bases daquilo que vai se constituir como o Estado moderno e trouxe na bagagem uma série de novos problemas. A urbanização que se colocou enquanto realidade trouxe, junto com os avanços tecnológicos, a pobreza para a dinâmica das cidades.

Para lidar com esse problema crescente, deu-se início à disseminação de organizações destinadas a abrigar pessoas desempregadas, doentes, inválidos e qualquer pessoa que não se inserisse no novo ritmo de produção. O que se produz nos hospitais gerais é uma lógica que é ao mesmo tempo assistencialista e punitivista, ou, como nos diz Foucault:

O desempregado não é mais escorraçado ou punido; toma-se conta dele, às custas da nação mas também de sua liberdade individual. Entre ele e a sociedade, estabelece-se um sistema implícito de obrigações: ele tem o direito de ser alimentado, mas deve aceitar a coação física e moral do internamento. (Foucault, 2013, p. 74)

É importante ressaltar que os hospitais gerais, durante os séculos XVII e XVIII, eram o destino dos loucos e que se, no momento do seu surgimento, tais hospitais sustentavam-se a partir de uma justificativa assistencialista, acabaram se mantendo por tanto tempo graças às concepções morais que segregavam e trancavam as pessoas que eram consideradas desajustadas e marginais. Pode-se dizer que a naturalização do encarceramento produzido na grande internação contribuiu de maneira significativa para que a clausura constituinte dos futuros manicômios fosse relevada.

Como normalmente acontece com respostas repressivas, podemos dizer que a grande internação foi um fracasso, principalmente do ponto de vista econômico, já que não conseguiu acabar com a pobreza nem diminuir o desemprego. Porém, em relação à loucura o resultado foi diferente. Graças à produção de um discurso de periculosidade e agressividade atrelado às pessoas consideradas loucas, tal condição continuou recebendo o destino do encarceramento.

A passagem do século XVIII para o XIX também marca o momento em que a loucura deixa de ser entendida como um fenômeno e entra no rol da Psiquiatria, passando a ser compreendida primeiramente como alienação, para, só então, receber o rótulo de doença mental. Como nos mostram Torre e Amarante (2001), a partir do momento em que a loucura sai do foco filantrópico e jurídico-policial, ela começa a ser entendida como distúrbio das paixões e seu tratamento passa a se caracterizar por uma reeducação moral. Segundo as palavras do psiquiatra francês Philippe Pinel, a partir do seu Tratado Médico-

Filsofófico, conclui-se que “o caráter particular da alienação exige um conjunto de medidas que só podem ser reunidas num estabelecimento exclusivamente consagrado à mesma” (Torre & Amarante, 2001, p.75).

Aquilo que na época foi considerada uma libertação para os loucos – tirar da loucura o caráter punitivo e, literalmente, desacorrentar as pessoas – acabou inaugurando os alicerces da Psiquiatria e dos manicômios. A prisão deixou de ser pelas correntes e passou a ser a prisão do corpo e do diagnóstico. Começou a justificar-se o isolamento da loucura sob o argumento de estudo da condição e proteção das pessoas (tanto do lado de dentro quanto de fora dos hospícios). A partir dessa nova modalidade instituída pela psiquiatria, pode-se dizer que

Essas operações, como princípios teóricos e atos institucionais propiciam um método; fazem “ver” diferente a figura do louco, agora um “alienado mental”, produzem uma visibilidade específica sobre a loucura, construindo um estar louco e um ser louco diferente, no qual o tratamento fundamental é regrar novamente, “dobrar o alienado à razão”, numa espécie de ortopedia da alma. (Torre & Amarante, 2001, p. 75)

Provavelmente os manicômios são um dos maiores fracassos da história da medicina, principalmente se pensarmos nos termos da relação doença/cura. A concepção de tratamento presente na origem da psiquiatria sustentou-se durante os últimos dois séculos a partir de um paradoxo: não só se mostrou completamente ineficiente como, quanto mais ineficiente se mostrava, maior era a população dos manicômios. Percebe-se que, no fim das contas, a função dos manicômios nunca foi o tratamento, e sim o isolamento da diferença, o encarceramento da loucura.

A perversidade dos manicômios também atingiu o Brasil. Segundo Yasui, o marco da consolidação da psiquiatria no país foi o lema “aos loucos, o hospício”, lançado pelos médicos cariocas no ano de 1830 e “que obtém êxito com decreto de 18 de julho de 1841, ato da maioria do Imperador, criando o Hospício de Alienados Pedro II, na praia Vermelha no Rio de Janeiro” (Yasui, 2006). O manicômio fluminense é o precursor de uma série de organizações semelhantes que se alastram por todo país, cada qual com suas peculiaridades,

embora todas tenham em comum o fato de produzir segregação, violência e sofrimento. A jornalista Eliane Brum, ao escrever o prefácio do livro “Holocausto Brasileiro” (Brum, 2013), nos conta um pouco sobre a rotina do Colônia, manicômio situado em Barbacena – MG. Segundo ela, pelo menos 60 mil pessoas morreram dentro desse hospício e 70% não tinham diagnóstico de doença mental.

Os pacientes do Colônia morriam de frio, de fome, de doença. Morriam também de choque. Em alguns dias, os eletrochoques eram tantos e tão fortes, que a sobrecarga derrubava a rede do município. Nos períodos de maior lotação, dezesseis pessoas morriam a cada dia. Morriam de tudo — e também de invisibilidade. Ao morrer, davam lucro. Entre 1969 e 1980, 1.853 corpos de pacientes do manicômio foram vendidos para dezessete faculdades de medicina do país, sem que ninguém questionasse. Quando houve excesso de cadáveres e o mercado encolheu, os corpos foram decompostos em ácido, no pátio do Colônia, na frente dos pacientes, para que as ossadas pudessem ser comercializadas. Nada se perdia, exceto a vida. (Brum, 2013, p. 14)

O título do livro – Holocausto Brasileiro – pode soar forte, mas surge a partir de uma visita realizada pelo psiquiatra italiano Franco Basaglia. Ao sair do manicômio de Barbacena, ele voltou para Brasília e convocou uma coletiva na qual disse: “Estive hoje num campo de concentração nazista. Em lugar nenhum do mundo presenciei uma tragédia como esta”. Cabe dizer que Basaglia, sob forte influência dos escritos de Michel Foucault, se torna um dos principais expoentes da resistência à lógica manicomial. Na Itália, Basaglia propõe uma prática psiquiátrica que rompa com as hierarquizações de saber e aposte na sociabilidade como ética de trabalho, pressupondo um sujeito onde antes só se via uma patologia.

Graças à influência teórica de Michel Foucault e às experiências de Basaglia na Itália, começam a surgir no Brasil movimentos de contestação aos manicômios e à lógica manicomial como um todo, movimentos de desinstitucionalização. Yasui (2006, p.24) nos conta que a Reforma Sanitária, uma das bases da Reforma Psiquiátrica, surge a partir dos movimentos sociais que nasceram, em grande parte, na segunda metade dos anos setenta nas periferias das grandes cidades. A luta pela garantia de satisfação das

necessidades cotidianas e comuns possibilitou a criação de um novo cenário político, que sustentou uma participação popular mais ampla.

O autor ainda nos aponta que a Reforma Sanitária sustentou-se no seguinte tripé: “a politização da questão da saúde, visando aprofundar e difundir uma nova consciência sanitária, a alteração da norma legal necessária à criação do sistema único universal de saúde e a mudança das práticas institucionais sob a orientação dos princípios democráticos” (Yasui, 2006, p. 25). Tais condições permitiram que, do interior desse processo, surgissem as políticas de saúde mental e, conseqüentemente, a Reforma Psiquiátrica.

Nascida a partir da mobilização de trabalhadores de saúde, no cotidiano de suas práticas institucionais e nas universidades, a Reforma Psiquiátrica buscou politizar a questão da saúde mental, especialmente, na luta contra as instituições psiquiátricas; produziu reflexões críticas que provocam uma ruptura epistemológica; criou experiências e estratégias de cuidado contra-hegemônicas; conquistou mudanças em normas legais e buscou produzir efeitos no campo sócio-cultural. (Yasui, 2006, p. 26)

Conceber a Reforma Psiquiátrica e os processos de desinstitucionalização enquanto resistência às lógicas instituídas e às formas colonizadoras de lidar com a loucura é apostar em tais como estratégia de luta, não necessariamente no sentido de enfrentamento, mas de resistência dentro dos jogos de poder que definem o que é loucura e o que é normalidade.

IV – Lei

— “O que você ainda quer saber?”, pergunta o guarda. —
“Você é insaciável”.

— “Se todos aspiram a Lei”, disse o homem —, “como é que, durante todos esses anos, ninguém mais, a não ser eu, pediu para entrar?”

O guarda da porta, percebendo que o homem estava no fim, gritou no ouvido quase inerte.

— "Aqui ninguém mais podia entrar a não ser você, porque esta porta era feita só para você. Agora vou embora e a fecho." (Kafka, 1994)

Muito provavelmente só estou aqui, escrevendo uma pesquisa sobre tal temática porque, há mais ou menos cinco anos, pisei pela primeira vez em um manicômio judiciário. Confesso (não sem uma pontinha de embaraço) que me interessava bastante pela mística da relação entre crime e loucura que é vendida pela mídia: "Pequenos psicopatas" (Revista Superinteressante, 2012), dizia a capa da revista, "Louco ou cruel?" (Casoy, 2002), pergunta o título do livro. Essa imagem – sustentada por Hollywood, em grande parte – do louco sedento por sangue, do *serial killer* que mata seguindo um *modus operandi*, acaba fortalecendo a lógica da punição severa a qualquer custo.

Acho impressionante como a relação entre loucura e crime atíça a imaginação das pessoas, ajudando a produzir uma série de ficções sobre o assunto. A visibilidade da temática pode ser medida pela enorme quantidade de publicações que sustentam o imaginário popular de que "o psicopata mora ao lado" (Silva, 2008). Filmes, séries, documentários, livros, revistas e a mídia jornalística de um modo geral sustentam e fomentam esse medo. Jack Estripador, Charles Manson, Zodiaco, Maníaco do Parque... São inúmeras as histórias que ganharam contornos cinematográficos a partir dessa relação entre crime e loucura, fazendo muita gente acreditar que em cada vizinho existe um psicopata em potencial: "São homens, mulheres, de qualquer raça, credo ou nível social. Trabalham, estudam, fazem carreiras, se casam, têm filhos, mas definitivamente não são como a maioria das pessoas: aquelas a quem chamaríamos de 'pessoas do bem'" (Silva, 2008, p. 16).

Pode-se dizer que a situação é quase paradoxal, porque, ao mesmo tempo em que qualquer um pode ser um psicopata, é muito difícil definir se uma pessoa é ou não psicopata, sendo que tal análise só é possível se feita por uma pessoa qualificada, com status de especialista. Por mais que a discussão ganhe contornos científicos, é difícil não perceber o caráter moral que envolve muitas dessas análises. Uma das autoras nacionais mais lidas sobre a temática define essas pessoas tidas como psicopatas como: "[...] frias, insensíveis,

manipuladoras, perversas, transgressoras de regras sociais, impiedosas, imorais, sem consciência e desprovidas de sentimento de compaixão, culpa ou remorso”, “seres bípedes”, “predadores sociais com aparência humana” (Silva, 2008, p. 16). Além dessas definições, a autora encerra o prefácio do *best-seller* dizendo que “certamente você conhece, já ouviu falar ou convive com um deles”.

O cenário que se cria a partir desse tipo de produção é realmente assustador, porém um tanto quanto distante da realidade, conforme descobri quando comecei a frequentar um manicômio judiciário. Na discussão que apresento aqui, pretendo descolar essa associação entre loucura e crime da ficção criada em torno da psicopatia. Ao chamar de ficção, não tenho o objetivo diminuir os crimes acontecidos em casos pontuais, mas sim demonstrar que, ao contrário do que se imagina, esses casos extremos são uma ínfima minoria no que diz respeito às pessoas internadas em manicômios judiciários. Parto do pressuposto de que, justamente por representarem muito mais uma ficção do que uma realidade, todo o aparato repressivo que se cria a partir desse mito e de alguns casos pontuais vai muito além da clássica justificativa de proteção à sociedade.

Posso dizer que o principal motivo para a minha aproximação com a temática foi a realização meu primeiro estágio curricular no IPF durante a graduação. Tal experiência acabou mudando definitivamente os rumos da minha formação, pois, devido às atrocidades contra as pessoas internadas que presenciei, acabei direcionando os meus estudos posteriores para tentar entender e combater a lógica que sustenta a privação de liberdade dos loucos e loucas selecionados pelo sistema penal.

Até hoje lembro a primeira vez que entrei no manicômio judiciário. Havia ido até lá para entregar a documentação necessária para participar do processo seletivo de estágio. Tentei puxar do fundo da memória as primeiras impressões que eu tive quando pisei no IPF, mas fiquei com receio que estivesse romantizando em excesso tais lembranças. Como alternativa, fui buscar nos meus arquivos o primeiro trabalho de estágio que fiz, minha primeira escrita sobre o IPF, e percebi que minhas memórias são mais fidedignas do que eu imaginava. Transcrevo alguns trechos aqui:

“Entrar no IPF pela primeira vez é uma experiência que eu definiria como mista, curiosa e impactante ao mesmo tempo. Desde o portão, transposto sob os olhares desconfiados de um agente penitenciário, passando pelo pátio da frente, onde se pode ter o primeiro contato com os pacientes, que circulam despreziosamente por entre os carros estacionados, atingindo o saguão de entrada, povoado por pacientes, profissionais, uma máquina da coca-cola e um cheiro extremamente característico [...]”

“Entrar nas unidades também é uma experiência marcante, que remete a uma cena de filme. As paredes brancas, cobertas até a metade de azulejos da mesma cor, interrompidas de tempos em tempos por grades brancas, com a pintura já bastante descascada, e sendo destrancadas por agentes sisudos contrastam com os quadros extremamente coloridos, confeccionados por pacientes e que adornam algumas paredes.”

“Tenho o claro pensamento de que nunca esquecerei o cheiro do IPF.”

A experiência de poder circular dentro do IPF e, principalmente, a experiência de ser acompanhante terapêutico e transitar fora do manicômio com pacientes internados há muito tempo, foram suficientes para perceber que existe algo para além de um perigo real que justifica esse tipo de espaço. Quanto mais circulava por aquela organização, maior era a curiosidade de entender como loucura e lei tinham se juntado de maneira tão forte a fim de produzir esses “loucos perigosos”.

Buscando a origem da associação entre a Psiquiatria Criminal e o Direito Penal, pode-se recorrer a Foucault, que, ao abordar “a evolução da noção de indivíduo perigoso”(Foucault, 2004), localiza o início dessa associação no começo do século XIX, a partir da análise de uma série de casos que possuíam alguns fatores em comum. Ao detalhar os casos, primeiramente, o autor nos mostra que todos eles aconteceram sem nenhuma perturbação anterior, sem nenhum histórico, ou seja, os crimes surgiram a partir do que ele denomina “grau zero de loucura”. Outro fator importante é que todos os crimes são considerados delitos graves. Foucault ainda nos mostra como fator comum o local de

realização dos crimes, afinal, todos se apresentam em um cenário doméstico. Por fim, todos foram cometidos “sem razão”, ou seja, sem motivo aparente.

A partir desse detalhamento, o autor apresenta a invenção da monomania homicida, definida por ele como uma irrupção súbita e paradoxal que resulta em uma loucura criminal. Tal paradoxo diz respeito a um ato louco que só aparece durante o crime, sendo esse seu único sintoma e manifestação. Por outro lado, trata-se de um crime que não está sob responsabilidade do sujeito, visto que é fruto de uma irrupção incontável e da qual, frequentemente, não tem consciência. Para Foucault (2004, p. 8), o que a psiquiatria inventou foi “esta entidade absolutamente fictícia de um crime louco, um crime que seria inteiramente louco, uma loucura que nada mais é do que crime”.

Ao problematizar a invenção da monomania homicida, Carrara (1998) destaca a sua importância histórica para a psiquiatria. Segundo o autor, ao lançar mão de tal diagnóstico na interpretação de alguns crimes, foi forjada “a concepção da loucura enquanto alienação mental, ou seja, enquanto doença que não se caracterizava necessariamente pelo delírio”. Tal concepção de loucura constrói o pano de fundo para a Psiquiatria do século XIX surgir como área capaz de prever certas condutas e, conseqüentemente, dizer quem é perigoso ou não.

Posteriormente, na metade do século XIX, o diagnóstico de monomania homicida começa a dar lugar a outra classificação: a degeneração. Ambos os diagnósticos buscam dar conta de um mesmo conjunto de comportamentos, as “transgressões aparentemente irracionais onde o delírio não está em causa e que partem de indivíduos cuja situação doentia parece ser um estado permanente, indicando uma espécie de doença congênita e incurável” Apesar disso, a degeneração volta seu foco às características constitutivas e inatas, algo que aparecia de maneira apenas incipiente na monomania homicida.

Sob esse pano de fundo, cria-se a loucura invisível, loucura que pode surgir a qualquer momento, sem previsibilidade, ou seja, uma loucura perigosa. Possivelmente o psiquiatra Cesare Lombroso é a figura mais marcante dessa ainda incipiente Antropologia Criminal que viria a alicerçar o nascimento da escola positiva de Direito Penal. A partir das ideias lombrosianas, a Psiquiatria se consolida enquanto a única disciplina capaz de predizer possíveis

comportamentos perigosos, fortalecendo assim as condições de possibilidade para o surgimento dos manicômios judiciários.

Local criado com a justificativa de proteger a sociedade, afastando e controlando a imprevisibilidade do sujeito perigoso, o primeiro manicômio judiciário surge na Inglaterra em 1863 (Carrara, 2010). Construído na cidade de Crowthorne, a prisão especial de Broadmoor¹¹ foi o primeiro estabelecimento do mundo a se ocupar de “delinquentes alienados”, porém, na época da inauguração deste manicômio, já era possível encontrar na França e nos EUA anexos especiais em presídios, destinados ao “tratamento” da loucura.

No Brasil, por mais que desde o projeto do “Código Criminal do Império do Brasil”, aprovado em 1830, já se discutisse a associação entre o crime e a loucura (Peres & Filho, 2002), instituições especializadas para tratar da questão ainda demoraram um pouco para surgir. Em um contexto nacional, o primeiro manicômio judiciário data de 1921 e foi construído na cidade do Rio de Janeiro (Diniz, 2013). O Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro que, posteriormente, trocava de nome para Heitor Carrilho – em referência ao seu primeiro diretor – inaugurava no país a segregação do “louco perigoso”, pelo menos de maneira oficial. Desde então, poucas mudanças atingiram o cenário nacional. Tal estagnação fica evidente quando se percebe que o aparato legal que sustenta a lógica do manicômio judiciário e lança as bases da medida de segurança tal como ainda é aplicada nos dias de hoje está fundamentado no código penal redigido em 1940.

Na prática, vale dizer que “medida de segurança” é o termo empregado no código penal brasileiro desde 1940 e que se refere à existência de uma associação entre crime e loucura. Esse ordenamento jurídico é aplicado às pessoas que são consideradas inimputáveis ou semi-imputáveis, ou seja, pessoas que, para o judiciário, não possuem responsabilidade penal ou a possuem apenas parcialmente: em outras palavras, pessoas que no momento do cometimento de algum ato ilícito não estavam em pleno domínio da razão.

Para poder seguir com a linha de raciocínio a respeito da aplicação da medida de segurança e possíveis relações com a temática, faz-se necessária

¹¹ Broadmoor Criminal Lunatic Asylum

uma pausa nessa narrativa para que se possa explicar como é aplicado esse tipo de sanção. No código penal brasileiro, o que determina a aplicação da medida de segurança é o artigo 26:

é isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento (Brasil, 1940).

O procedimento legal da medida de segurança acontece quando, a qualquer momento do julgamento, alguma das partes envolvidas tem algum questionamento sobre a “sanidade mental” – no momento do ato – da pessoa que responde ao processo. A partir daí, cabe ao Juiz ou Juíza do processo decidir ou não instaurar o que se chama de “incidente de insanidade mental” e requisitar um laudo técnico. Tal laudo, emitido por profissional da psiquiatria, pretende informar se o sujeito em questão era ou não “responsável” no momento da ação. Se for verificado que a “doença mental” sobreveio à infração, o réu ou ré pode receber uma sentença de cumprimento de medida de segurança, que poderá ser ambulatorial (meio aberto) ou de internação em “hospital” de custódia e tratamento.

Legalmente, a aplicação da medida de segurança representa uma absolvição, visto que o réu ou ré em questão é uma pessoa considerada inimputável. Todavia, “trata-se, em realidade, na linguagem do processo penal, de uma absolvição *sui generis* ou imprópria, pois, apesar de absolvido, o sujeito é submetido à medida de segurança, permanecendo, portanto, sob a tutela do Estado penal”. (Carvalho & Weigert, 2013, p. 57). Além da pessoa que recebe a medida de segurança de internação permanecer em um manicômio judiciário, essa sanção não possui, diferente da pena de fato, uma duração determinada, uma vez que “se o inimputável é portador de uma doença (anamnese diagnóstica), a duração do tratamento será estabelecida conforme a resposta positiva que o paciente apresentará durante o procedimento curativo” (Carvalho & Weigert, 2013, p. 59). Ou seja, a duração da privação de liberdade não é definida no momento da sentença, como aconteceria em um julgamento onde não foi aplicada medida de segurança. Inicialmente, o louco ou louca

selecionado pelo sistema penal recebe um prazo que varia de um a três anos de medida (ambulatorial ou de internação) e, ao término desse período, é feita uma reavaliação, sendo a sua liberação ou não diretamente vinculada à melhora do quadro clínico e, principalmente, à cessação de periculosidade. Ou seja, uma pessoa só terá sua medida de segurança extinta caso a perita ou o perito psiquiátrico considere que ela não apresenta risco de reincidir. Dessa forma,

em troca da culpa jurídica recebem absolvição, em troca da pena recebem tratamento. Mas, um tratamento que implica muito mais um “deixar morrer”, já que se trata de uma internação que tem seu fim na “cessação da periculosidade”, nome dado à avaliação que é a porta de saída médico-jurídica desse tipo de estabelecimento. (Brasil, 2012, p. 46)

Caso a avaliação de “cessação de periculosidade” apresente um resultado negativo, ou seja, manifeste que a periculosidade persiste, a pessoa será reavaliada a cada ano, podendo tornar sua medida de segurança praticamente uma pena perpétua, ao contrário do que aconteceria se recebesse uma pena de fato. Constatase que na medida de segurança o que é punido, no fim das contas, não é o ato em si, mas sim a possibilidade de a pessoa um dia vir a cometer um crime novamente, algo que não é mensurável e acaba sendo baseado em uma previsão sustentada por critérios morais de quem realiza a perícia.

Conforme já mencionado, quando aplicada a medida de segurança as opções previstas em lei são duas: tratamento ambulatorial ou internação em “hospital de custódia e tratamento”. Também conhecido como “manicômio judiciário”, esse tipo de espaço foi criado para – em teoria – tratar pessoas que juntariam, principalmente, duas características que impediriam o convívio em sociedade: loucura e periculosidade.

A partir das pesquisas realizadas (Conselho Federal de Psicologia, 2015), percebe-se que os manicômios judiciários muitas vezes possuem uma maior população de pessoas internadas provisoriamente do que com medida de segurança, o que comprova que o papel do manicômio judiciário está muito para além da internação de pessoas sentenciadas à medida de segurança e da

realização de perícias. O que acaba sendo verificado em contexto nacional é que os manicômios judiciários

têm recebido pacientes cuja internação cautelar foi determinada por ordem judicial; que apresentaram sintomas de transtorno mental durante a reclusão; que apresentaram história de dependência química e até que apresentaram ‘problemas de comportamento’ na unidade prisional e foram transferidos para cumprir castigo ou ficar no isolamento (Conselho Federal de Psicologia, 2015).

Pode-se aqui exemplificar essa questão com uma das histórias retratadas no documentário “Casa dos mortos” (Diniz, 2009). Por mais que pareça uma história ficcional, o documentário nos apresenta Almerindo, que teve praticamente 30 anos de vida subtraídos por uma internação no manicômio judiciário do Estado da Bahia. Sua internação aconteceu porque Almerindo foi enquadrado em um crime que está tipificado no código penal como “lesão corporal de natureza leve” (Brasil, 1940) e que, se aplicadas às sanções cabíveis no código penal para uma pessoa considerada “normal”, resultaria em uma punição de privação de liberdade de, no máximo, um ano (art. 129 do código penal). Infelizmente para Almerindo, o fato de ele possuir um diagnóstico de doença mental combinado com o ato de ter atirado uma pedra em um jovem e roubado a sua bicicleta foi suficiente para que ele ficasse preso por tanto tempo e perdesse todos os seus vínculos afetivos. Ou seja, a medida de segurança e o manicômio judiciário, que têm a sua existência sustentada a partir de justificativas terapêuticas, acabam atuando como uma atualização dos suplícios realizados na idade média e que Foucault (Foucault, 2009b) nos conta em tom de barbárie.

Em censo realizado no ano de 2011 (Diniz, 2013), são apontados dados alarmantes sobre a situação dos loucos e loucas selecionados pelo sistema penal. Na data em que a pesquisa foi realizada, o número de pessoas em “Estabelecimentos de Custódia e Tratamento Penal” (ECTP’s) era de 3.989, sendo 18 indivíduos internados há mais de 30 anos (prazo máximo permitido para uma pena) e 606 internados a mais tempo do que a pena máxima em abstrato para a infração cometida. Atualmente são encontrados 26 estabelecimentos destinados ao cumprimento de medida de segurança no país, sendo que “os Estados do Acre, Amapá, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul,

Roraima e Tocantins não possuem ECTPs. Os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo são os únicos que possuem mais de um ECTPs, com três ECTPs cada” (Diniz, 2013, p. 12).

No Rio Grande do Sul, o IPF, local que é há quase cem anos destino dos loucos e loucas tidos como perigosos, parece estar parado no tempo. No relatório da inspeção nacional de unidades psiquiátricas em prol dos Direitos Humanos (OAB & CFP, 2004, p.73), o IPF é definido como “um local que une as piores características de um presídio com as piores de um manicômio”. Apesar de uma possível defasagem nos dados apresentados (o relatório foi realizado há pouco mais de dez anos), entre os anos de 2011 e 2013 estive em contato constante com a rotina do IPF e posso dizer que, apesar de algumas intervenções individuais, a lógica da instituição se mantém a mesma. A criação de uma equipe voltada para a desinstitucionalização e as intervenções do núcleo de estágio em Psicologia trouxeram lampejos de esperança, porém, a lógica manicomial impera no espaço. Falta de planos terapêuticos singulares, péssimas condições de acomodação e alimentação, pacientes trancafiados em unidades fechadas devido a julgamentos morais, falta de diálogo entre as equipes e precarização das condições de trabalho das funcionárias e funcionários do local são só algumas das questões importantes de serem apontadas.

Ainda no contexto do IPF, o absurdo das condições é tamanho que em junho de 2015 foi determinada a “interdição parcial planejada” da instituição, após uma visita técnica realizada por representantes da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas e do Ministério Público Estadual. No relatório apresentado foi apontado que o IPF “nem de longe reúne as condições ou características de estabelecimento com características hospitalares” (Losekann, 2015). O relatório ainda traz detalhes sobre ambiência e tratamento (ou falta de ambos), demonstrando que as pessoas internadas no IPF praticamente não recebem tratamento que não seja medicamentoso e que as acomodações são insalubres e degradantes. Ao relatar as condições apresentadas pelos banheiros, o documento é bastante descritivo quando diz que “o fedor – e não há outro nome para isso – de fezes, urina e do ambiente imundo ao qual estão relegados os pacientes é simplesmente insuportável”.

Corroborando com o relatório apresentado há mais de dez anos, em 2015 o Conselho Federal de Psicologia lançou o relatório intitulado “Inspeções aos Manicômios” segundo o qual a quantidade de pessoas internadas no IPF são imprecisas, mas estima-se que seja entre 318 e 365 pacientes, isso sem contar as pessoas em alta progressiva ou lotadas na triagem (Conselho Federal de Psicologia, 2015, p. 131). Ainda segundo os dados colhidos para a confecção do relatório, em abril de 2014 existiam 42 pessoas internadas no IPF com medida de segurança extinta, ou seja, que legalmente deveriam estar em liberdade.

Por mais que setores da sociedade ligados à militância antimanicomial já questionassem a existência do manicômio judiciário, foi a lei 10.216/2001 que deu o embasamento legal para alegar a inconstitucionalidade da medida de segurança. Ao definir que “É vedada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares, ou seja, aquelas desprovidas dos recursos mencionados”, cai por terra qualquer argumento que tente legitimar a existência do manicômio judiciário. Se na medida de segurança o que é aplicado (ou melhor, deveria ser) é um tratamento e não uma pena, e se a lei da Reforma Psiquiátrica proíbe que tratamentos sejam feitos em instituições asilares, além de vedar a internação por prazos superiores a trinta dias, como se explica a existência dos “hospitais de custódia”? Apesar da série de absurdos que juntos criam as condições de possibilidade para a manutenção desse tipo de estrutura, existem movimentos de luta e resistência contra essa lógica perversa.

Como alternativa às condições subumanas dos manicômios judiciários e pensando em uma atenção ao louco selecionado pelo sistema penal que fosse ao encontro da, ainda incipiente, Lei da Reforma Psiquiátrica, surgiu no ano de 2000, no Estado de Minas Gerais, o PAI-PJ, Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental Infrator. “Pode-se dizer que não existe reincidência nos casos assistidos pelo PAI-PJ, em funcionamento há dez anos” (Barros-Brisset, 2010). O programa tem acumulado êxitos e prêmios por ter conseguido apresentar uma alternativa eficiente aos loucos e loucas sentenciados à medida de segurança.

O PAI-PJ, através de equipe interdisciplinar, atua no acompanhamento dos processos com indicativo de incidente de sanidade mental ou naqueles que já

foram sentenciados. A partir de solicitação da Juíza ou do Juiz, essa equipe atua auxiliando-o na aplicação e execução da sentença e na promoção da inserção social da pessoa sentenciada. Os casos são acompanhados a partir de suas especificidades clínicas e sociais, através de planos terapêuticos singulares, onde todo o acompanhamento é feito na rede de atenção psicossocial já existente, a partir das diretrizes da Reforma Psiquiátrica. Vale ressaltar que a equipe do PAI-PJ começa a atuar no momento em que é instaurado o incidente de sanidade mental, ou seja, logo no começo do processo. Dessa forma, em pouco tempo o Juiz ou Juíza tem em mãos um plano terapêutico singular que, além de incluir o histórico da pessoa, orienta os próximos passos do tratamento, evitando assim a necessidade da internação no manicômio judiciário.

O grande mérito do PAI-PJ é a aposta de que a medida de segurança, nos termos da lei, sendo entendida como um tratamento e não uma pena, pode ser cumprida na rede de saúde e assistência que existe extramuros. Defender a desinstitucionalização da medida de segurança, o tratamento em rede e o consequente fim do manicômio judiciário, “não significa que o louco não deva se responsabilizar pelo seu ato, mas a internação em manicômio judiciário não precisa ser a forma desse pagamento”(Brasil, 2012). Apostar num tratamento que inclua sim a responsabilização e pressuponha o louco infrator como parte do laço social é aqui entendido como, para além de uma aposta ética, um Direito constitucional.

A partir do êxito do PAI-PJ e da necessidade de se pensar uma alternativa ao manicômio judiciário no Estado do Rio Grande do Sul, diversas pessoas têm se engajado para tentar modificar essa situação de indiferença a qual o louco infrator está condenado. Traçando um breve histórico dos espaços de resistência à lógica de encarceramento presente neste contexto, podemos destacar a criação do GT Qorpo Santo¹², em 2007, do estágio de Psicologia Social e

¹² Grupo de trabalho de profissionais de saúde mental que, em parceria com o Ministério Público e a VEPMA (vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas), atuou em prol da desinstitucionalização da medida de segurança. No decorrer de três anos de trabalho, 257 loucos infratores tiveram a medida de segurança extinta com base na prescrição, no princípio da proporcionalidade. Além dos que tiveram seus processos extintos, outros 94 foram desinternados condicionalmente.

Políticas Públicas no IPF em 2010¹³, e, mais recentemente do programa “DESMEDIDA: por um acompanhar na rede” e do GAMAI – SAJU/UFRGS¹⁴.

Tive a oportunidade de participar da maioria desses espaços e a sorte de conhecer muitas pessoas que inspiraram minha trajetória. A partir dessas inserções fui percebendo que existe um terreno em disputa dentro da discussão sobre encarceramento da loucura e medida de segurança, e, por mais que fosse uma batalha difícil, existiam pessoas dispostas a lutar junto.

Como já mencionado, iniciei a proposta do mestrado vinculado ao programa Des'medida. A necessidade de trabalhar a favor da desinstitucionalização dos loucos e loucas que já receberam a sentença, a identificação com a luta pelos Direitos Humanos e o incômodo causado pela participação em uma política de Estado que, além de ineficiente, se mostra incompatível com vários dos direitos assegurados constitucionalmente, convergiram para que o programa surgisse. A atuação acontece com objetivo de contribuir para os processos de desinstitucionalização e progressiva extinção do manicômio judiciário, por meio de assessoria técnica interdisciplinar ao louco ou louca selecionado pelo sistema penal e às equipes profissionais diretamente envolvidas com esse, funcionando a partir do já exitoso modelo do PAI-PJ.

Por ter participado do programa desde o seu início e por acreditar nos objetivos da proposta, pode-se dizer que era quase natural que escolhesse o Des'medida como “campo de pesquisa”. Porém, o que foi acontecendo durante o percurso do mestrado foi que, por mais que me apropriasse das discussões sobre loucura e lei, ainda faltava algo na composição dessa pesquisa. Percebi que todos esses espaços dos quais participei e que foram mencionados ao longo do texto estavam vinculados, de alguma maneira, ao espaço acadêmico.

Comecei a perceber que o enclausuramento da loucura e a periculosidade atrelada às pessoas internadas em manicômios judiciários são produzidos a partir de jogos de verdades fundamentados na tensão saber/poder e encontram na Universidade um espaço para reforçar esses mitos. Porém, também percebi que a própria Universidade, que ajuda a reforçar tal lógica, também agrupa

¹³ Ainda em atividade.

¹⁴ Grupo Antimanicomial de Atenção Integral, vinculado ao SAJU/UFRGS

pessoas e coletivos que lutam contra essas imposições. Decidi que seria fundamental entender esse papel quase que paradoxal do meio acadêmico e quais as condições de possibilidade para o surgimento dessas resistências a partir da Universidade.

V – Conhecimento

Para subir uma escada começa-se por levantar aquela parte do corpo situada embaixo à direita, quase sempre envolvida em couro ou camurça, e que salvo algumas exceções cabe exatamente no degrau. Colocando no primeiro degrau essa parte, que para simplificar chamaremos de pé, recolhe-se a parte correspondente do lado esquerdo (também chamada pé, mas que não se deve confundir com o pé já mencionado), e levando-se à altura do pé faz-se que ela continue até colocá-la no segundo degrau, com o que neste descansará o pé, e no primeiro descansará o pé. (Os primeiros degraus são os mais difíceis, até se adquirir a coordenação necessária. A coincidência de nomes entre o pé e o pé torna difícil a explicação. Deve-se ter um cuidado especial em não levantar ao mesmo tempo o pé e o pé.) (Cortazar, 2009)

Ao longo do texto, apresentei a emergência da associação entre crime e loucura ancorado, fundamentalmente, na constituição da Psiquiatria e do Direito enquanto disciplinas. Porém, como proponho essa pesquisa a partir da trajetória que percorri nos últimos anos, faz-se necessário trazer para a discussão essa relação entre loucura e lei a partir da ótica de outros saberes disciplinares. Nas próximas páginas abordarei o espaço acadêmico e sua relação com o encarceramento da loucura, seja a partir de discursos que fomentam a disciplinarização e docilização dos corpos, seja a partir de espaços de problematização e crítica às lógicas massivas que engendram os mais variados tipos de clausuras. Vale ressaltar que trago no título a palavra “conhecimento” ao invés de “ciência” ou “saber” justamente por entender que sim, existe um espaço em disputa nesses campos, mas também existem formas de conhecimento que não possuem a chancela da ciência. Falar de conhecimento

é entender que existem outros tipos de conhecimento que não são formalizados e podem construir estratégias de resistência junto com os espaços formais.

A trajetória do ensino superior no Brasil é relativamente recente e muito ancorada nos exemplos de algumas universidades da Europa. Para entender a influência europeia na educação superior brasileira é necessário dizer que, antes da fuga da família real para o Brasil no início do século XIX, a falta de instituições de ensino superior no país forçava a ainda incipiente elite intelectual da colônia a realizar seus estudos no velho continente, trazendo para o dito novo mundo um conhecimento produzido longe daqui e das pessoas que habitavam o país (Fávero, 2006, p.20). Tal fato, além de contribuir para a manutenção do *status quo* na relação colonizadores/colonizados, foi determinante para que o paradigma de ensino superior do país fosse fundamentado de um modo geral a partir dos ideais europeus.

Traçar esse paralelismo entre o surgimento do ensino superior no Brasil e a criação das primeiras universidades nacionais com a linha do tempo da história ocidental (europeia) é, como nos apresenta Foucault em *As palavras e as coisas*, entender as condições que permitiram o surgimento de uma maneira moderna de pensar. Em outras palavras, entender que quando, na Europa da segunda metade do século XVIII, ganha corpo essa “virada epistemológica”, que faz a transição de uma episteme clássica para uma episteme moderna, criam-se novos paradigmas. Assim, tornam-se objeto de estudo figuras até então inimagináveis – a produção, a vida, a linguagem, enfim, o homem. Além de influenciar o surgimento da loucura como conhecemos atualmente e, posteriormente na sua vinculação com a periculosidade, isso também reflete uma mudança de rumos nas universidades europeias e em toda formação superior, atingindo inclusive o incipiente academicismo brasileiro.

Foucault nos diz que o século XVIII foi “o século do disciplinamento dos saberes”, ou seja, a organização dos saberes como disciplina, sendo atribuída a cada disciplina critérios para a classificação dos saberes, exclusão dos “falsos saberes” e “não-saberes”, formas de hegemonização e normalização dos conteúdos, enfim, uma organização desses saberes. Tal organização lançou as bases do que viria a ser chamado de ciência, já que “a ciência não existia antes do século XVIII” (Foucault, 2005, p.217 – 218). O autor diz que essa ciência

– em oposição às ciências naturais de antes do século XVIII – surge como “policiamento disciplinar dos saberes” e abandona o discurso filosófico, sob a forma de progresso da razão. O autor nos mostra que esse cenário cria as condições de possibilidade para o aparecimento da Universidade moderna na virada do século XVIII para o século XIX. Segundo Foucault, surge nesse contexto a Universidade enquanto “grande aparelho uniforme dos saberes”, cujo papel é:

essa espécie de monopólio de fato, mas também de direito, que faz que um saber que não nasceu, que não se formou no interior dessa espécie de campo institucional, com limites aliás relativamente instáveis, mas que constitui em linhas gerais a Universidade, os organismos oficiais de pesquisa, fora disso, o saber em estado selvagem, o saber nascido alhures, se vê automaticamente, logo de saída, se não totalmente excluído, pelo menos desclassificado a priori. (Foucault, 2005, p. 219)

Na realidade brasileira, inicialmente o ensino superior se restringia aos cursos de Medicina, Engenharia e Direito, que funcionavam de maneira isolada. A primeira Universidade vai surgir apenas no ano de 1920, na cidade do Rio de Janeiro, a partir da junção dos três cursos, porém com pouco diálogo entre si (Fávero, 2006, p.22). No Rio Grande do Sul, apesar da existência de cursos superiores em Porto Alegre desde 1895, é só em 1934 que vai se constituir a Universidade de Porto Alegre, atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2014). A partir da segunda metade dos anos 50 até o início dos anos 60, a Universidade brasileira passa por uma grande mudança. Muito influenciada pelos movimentos estudantis, começa, ainda que de maneira tímida, a luta pela democratização do acesso à Universidade e a intensificação de uma formação voltada para a pesquisa e responsabilidade social, deixando de ser apenas um espaço de formação profissional que desconsidera problemáticas sociais. Graças à discussão sobre a responsabilidade social da Universidade, a extensão universitária começa a ganhar espaço e, a partir dos anos cinquenta, começa a ganhar corpo nos debates acadêmicos, principalmente através de movimentos culturais e políticos organizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE).

Toda essa movimentação política prepara o terreno para a reforma universitária de 1968. A partir da promulgação da Lei Básica da Reforma

Universitária (Lei n. 5.540/68), diversas mudanças ocorrem no ensino superior nacional. Em pleno auge da ditadura civil-militar, o ensino superior brasileiro passa por uma das mudanças mais profundas desde a sua constituição. Segundo Martins (2009), a reforma foi bastante paradoxal, pois, por um lado, modernizou-se o ensino nacional, criaram-se as possibilidades para um maior diálogo entre ensino e pesquisa, aboliram-se as cátedras vitalícias, institucionalizou-se a carreira acadêmica, criou-se uma política nacional de pós-graduação e institucionalizou-se a extensão universitária. Por outro, a reforma criou as condições para a ampliação e constituição do ensino privado no Brasil, principalmente para

instituições organizadas a partir de estabelecimentos isolados, voltados para a mera transmissão de conhecimentos de cunho marcadamente profissionalizante e distanciados da atividade de pesquisa, que pouco contribuem com a formação de um horizonte intelectual crítico para a análise da sociedade brasileira e das transformações de nossa época. (Martins, 2009, p. 17)

Através de seu caráter desenvolvimentista, traço marcante da ditadura, a reforma política institucionalizou as bases da pesquisa acadêmica e da extensão universitária. Ainda que as práticas de extensão existissem praticamente desde a criação do ensino superior no Brasil – as primeiras práticas foram observadas em 1911 e 1920 nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, baseadas em intervenções realizadas nos Estados Unidos e Inglaterra (FORPROEX, 2012) – é só em 1968 que garante seu caráter de política. Em 1974 foi criada a Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE). Entre as primeiras criações da CODAE está o Plano de Trabalho da Extensão Universitária onde a Extensão foi definida como “ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com um sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular” (FORPROEX, 2012).

Historicamente, a extensão universitária assumiu diversas formas, desde a prática assistencialista e o voluntarismo, passando pela transmissão verticalizada do saber até as definições mais atuais que entendem a extensão como um campo de trocas e de coprodução entre o meio acadêmico e o não acadêmico (Serrano, 2013). No que diz respeito à Universidade, o principal espaço de tensionamento entre teoria e prática, principalmente no que se refere a uma teoria que articule seus conceitos com o espaço não acadêmico, é a

extensão universitária. De acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), esta cumpre papel fundamental nos processos acadêmicos e nas práticas de formação de estudantes, qualificação dos professores e intercâmbio com a sociedade.

Para pensar os espaços de resistência a partir do meio acadêmico, faz-se necessária uma reflexão acerca da relação entre teoria e prática e principalmente sobre como a teoria discutida dentro dos muros da Universidade repercute nos espaços não acadêmicos. Por mais que não goste da palavra “intelectual”, justamente por achar que remete a uma pessoa presa à academia, é em um texto intitulado “Os intelectuais e o Poder” (Foucault, 1995c) que Foucault e Deleuze discutem a relação entre teoria e prática. Para Deleuze, atualmente estaríamos vivenciando de uma maneira diferente a relação teoria-prática. O autor diz que, tradicionalmente, essa relação era pensada de maneira totalizante, através de uma teoria que surgia da prática ou uma prática que era proposta a partir de uma teoria. O que Deleuze nos apresenta enquanto atualização desse pensamento é que as “relações teoria-prática são muito mais parciais e fragmentárias”, demonstrando uma luta contra a totalização. Ele nos mostra que essa relação acontece por revezamento, por multiplicidade ao mesmo tempo teórica e prática: “nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso a prática para atravessar o muro” (Foucault, 1995c).

A partir dessa definição, acho importante salientar o caráter político da extensão universitária. Barros & Pimentel, (2013) ao discutir o conceito de política, retomam a ideia de que a palavra deriva de polis, sendo referente a tudo aquilo que diz respeito à cidade, inclusive às formas de governar. As autoras nos dizem que política é “a arte ou ciência de governar e de reflexão sobre as coisas da cidade”, porém vale salientar que, diferentemente de uma lógica despótica, o conceito de política e suas formas de governar pressupõe uma relação de interesses, onde todas as pessoas envolvidas no processo participam.

política é a forma de atividade humana que, ligada ao poder, coloca em relação sujeitos, articula-os segundo regras ou normas não necessariamente jurídicas e legais. Não mais pensada exclusivamente a partir de um centro do poder (o Estado, uma classe), a política se faz

também em arranjos locais, por microrrelações[...]. (Passos & Barros, 2009, p. 151)

É importante problematizar essa tensão entre teoria e prática e o caráter político da extensão universitária para trazer à tona a discussão sobre qual seria a função do conhecimento universitário e da criação de verdades com status de ciência. Lembro que quando ingressei na faculdade de Psicologia, no ano de 2009, sempre passava por um grafite com a frase “pra que(m) serve teu conhecimento?”, estampada numa parede próxima ao restaurante universitário do campus. Tal intervenção fazia parte de uma série de discussões realizadas na UFRGS a respeito da implementação da política de ações afirmativas, iniciada no ano anterior. Por mais que a frase tenha se tornado, de certo modo, quase que um clichê na militância estudantil, entendo que ela traduz de forma bastante contundente o processo de mudança de concepção que atravessa a Universidade brasileira nas últimas duas décadas. Talvez entrar na Universidade no meio desse processo de mudança tenha influenciado definitivamente minha formação como psicólogo.

Desde os primeiros semestres da graduação me aproximei de projetos e programas de extensão e grupos de pesquisa que me possibilitaram problematizar o percurso que eu começava a trilhar na Psicologia. Durante grande parte da graduação conciliava a participação em grupos de pesquisa e extensão simultaneamente, e essas vivências permitiram com que eu mantivesse uma crítica constante à relação entre o saber produzido dentro da academia e à aplicação desse mesmo saber.

Por mais que tenha aprendido muito participando de grupos de pesquisa, foi na inserção em grupos de extensão e a partir do contato com as vidas que existiam para além dos muros da Universidade, que consegui entender o papel de uma Psicologia enquanto resistência às lógicas dominantes. Dentro dessas experiências, destaco duas: o SAJU, Serviço de Assessoria Jurídica Universitária, onde aprendi, principalmente, que a função da Universidade não acaba na sala de aula, e o PET, Programa de Educação Tutorial, onde meu maior aprendizado foi a importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A partir dessas experiências, segui a minha formação sempre tentando questionar o espaço (ou a falta de) dedicado à extensão nas grades

curriculares e, de um modo geral, nas atividades do curso de Psicologia e da Universidade.

Durante o mestrado, demorei um pouco para pensar na relação e na aproximação entre pesquisa e extensão. Durante grande parte desses dois anos reproduzi um discurso que colocava os dois campos em oposição, porém não me percebia que eu mesmo era extensionista e pesquisador ao mesmo tempo. Quando assumi essa posição de pesquisador-extensionista, descobri um espaço potente para intervir não só no meio acadêmico, mas para tornar os limites da Universidade porosos, apostando que o saber científico produzido no seio acadêmico não é suficiente para dar conta da complexidade da vida, mas, apostando no diálogo, pode ser agente de transformação.

A fim de ilustrar as possibilidades da prática de extensão universitária, trago um fragmento de história sobre o encontro de três extensionista do programa Des'medida com uma vida arrasada pela medida de segurança. Para além dos dados colhidos em relatórios oficiais, ao longo desses cerca de cinco anos que circulei pelo IPF, acompanhei várias histórias que lutavam para manter um fiapo qualquer de resistência dentro dos muros dessa instituição que só sabe fazer com que as vidas se esvaiam. Porém, por mais lutadoras que sejam as pessoas, a tendência é que, aos poucos, o IPF sugue as forças e drene a vontade de resistir. Pensando em todos esses rostos, quase que imediatamente, aparece na minha memória uma história que eu gostaria de compartilhar, justamente por achar que pode servir de exemplo em muitos aspectos dessa minha crítica ao manicômio judiciário. Se as burocracias da vida não permitem que algumas pessoas contem a sua história e sejam escutadas, peço permissão para usar esse espaço e contar a minha versão de um encontro que abalou várias concepções da minha trajetória na Psicologia.

Como parte do processo de consolidação das parcerias entre diferentes equipamentos do Estado, as primeiras pessoas acompanhadas pelo programa Des'medida, já eram, em sua maioria, internas do IPF, porém estavam com "situação jurídica indefinida", ou seja, não tinham decretada uma medida de segurança. Cada caso com uma particularidade diferente, todas essas pessoas estavam sem uma definição formal dentro da burocracia jurídica e, apesar disso, estavam presas no IPF. O personagem dessa história, por exemplo, estava na

instituição há praticamente um ano quando tivemos nosso primeiro contato e ainda não tinha uma definição sobre a sua situação jurídica. Havia sido encaminhado do Presídio Central para realizar uma avaliação psiquiátrica no IPF e foi ficando, esquecido em um lugar que não faz questão de sustentar qualquer traço de subjetividade. Muitas outras histórias semelhantes a essa acabam por aí, se apagando aos poucos dentro da perversão da lógica manicomial. Acontece que nesse caso, o encontro de diversas pessoas permitiu que se ousasse começar um novo parágrafo, uma tentativa de reescrita de um futuro decidido por tantos rótulos.

Quando nos conhecemos, o choque de realidades foi bastante evidente, como era de se esperar. Por mais que se resista, é impossível abdicar completamente da hierarquia produzida pela tensão saber/poder. Nesses casos, entendo que a melhor das alternativas é assumir que existe essa hierarquia e apostar no diálogo para que, pouco a pouco, ela vá se diluindo. Sendo assim, um pequeno grupo formado por mim e duas colegas de grupo, sendo uma estudante de Serviço Social e outra de Direito, participamos desse primeiro encontro.

Antes disso, ocupamo-nos de detalhar a sua história, tanto quanto possível a partir de laudos, processos e papeletas clínicas. Quando nos encontramos pessoalmente, tivemos a oportunidade de ouvir um pouco sobre sua vida, sobre como se sentia e outras particularidades que são intransponíveis para um laudo. A partir dessa primeira conversa outras foram marcadas, e a cada novo encontro o vínculo se estreitava e novos parágrafos dessa história eram escritos.

Ao estudar os documentos, descobrimos que o personagem em questão não só não tinha recebido uma medida de segurança como já tinha direito a progressão de regime, ou seja, segundo as prerrogativas legais, já teria direito à liberdade condicional. Se o estudo de documentos ajudava a traçar estratégias interessantes no âmbito legal, ainda faltavam dados para se pensar uma vida fora do manicômio. A partir de algumas conversas começaram a surgir memórias e desejos, e, em um desses momentos de retomada de fragmentos de vida, surgiu a ideia de articular o contato com primos distantes numa cidade

há muito deixada para trás. Decidimos viajar, e o destino era a cidade de Santo Antônio da Patrulha.

Como qualquer outra história, são inúmeros os pontos de onde posso partir e as associações que posso fazer, mas, privilegiando a memória, começo contando essa história a partir de um sonho, o maior sonho da minha vida. Porém, antes que o texto fique piegas demais, alerto que esse sonho não é, ao contrário dos outros sonhos, composto por desejos inconscientes, imaterialidades, esperanças futuras e medos passados. Esse sonho é, simplesmente, recheado de creme, frito e coberto de açúcar e canela. Menos complexo e mais palatável que qualquer sonho onírico.

Começo falando desse sonho não só por ele ser surpreendentemente grande (apesar de o tamanho não acompanhar o sabor), mas por ele fazer parte de um daqueles recortes temporais que a gente guarda como fotografia, lá no fundo da memória, ainda que essa seja uma memória extremamente recente. Mesmo sendo um pouco menos delicado que as madeleines de Proust, esse sonho traz infinitos sabores além do creme, do açúcar e da canela. Antes que esse escrito seja confundido com uma crítica gastronômica, vale dizer que encerramos nossa viagem comendo esse sonho, quase que como em uma comemoração por um dia cheio de esperanças.

A primeira ida a Santo Antônio da Patrulha foi uma legítima investigação. Algumas informações imprecisas baseadas nas antigas memórias que nosso personagem principal havia contado. O mesmo grupo que havia participado do primeiro encontro tinha se deslocado para essa cidade desconhecida com algumas poucas pistas e tentando transformar em carne e osso a virtualidade das inúmeras discussões teóricas realizadas até então.

Seguimos a lógica e buscamos as respostas nos lugares mais óbvios, aqueles que conhecíamos das teorias e de algumas práticas realizadas em estágios e atividades de extensão. Começamos pela unidade de saúde da região, passamos pelo CRAS¹⁵, e acabamos chegando ao CREAS¹⁶, mas

¹⁵ Centro de Referência da Assistência Social

¹⁶ Centro de Referência Especializado em Assistência Social

encontramos poucas informações concretas. Quando a viagem parecia ter sido em vão e se aproximava a hora do retorno, seguimos uma indicação e fomos conversar com uma senhora, líder comunitária e residente ali há mais de trinta anos. Apesar da estatura pequena, idade avançada e aparente fragilidade, uma pessoa que irradiava força e simpatia. No fim das contas, foi assim que conseguimos começar a juntar algumas peças da história do nosso protagonista, não a partir dos contatos institucionais aprendidos em sala de aula, mas através de outro tipo de contato, um contato que não aposta na institucionalidade e sim nos laços pessoais e afetivos e nas vivências. A questão aqui não é deslegitimar os vínculos institucionais e teorias apreendidas em sala de aula, mas trazer para a discussão outras possibilidades de atuação e vínculo que fogem do escopo da academia.

Conto esse fragmento não com o intuito de deslegitimar o conhecimento produzido dentro dos muros acadêmicos, mas para mostrar que é fundamental fazer esse conhecimento provocar outros conhecimentos, outras pessoas, que não necessariamente são pertencentes aos espaços de produção de conhecimento formal.

Acho importante ressaltar que além dessa troca que extrapola os muros da Universidade, a extensão também propõe outras que superem os muros das disciplinas, apostando no diálogo e em câmbios de conhecimento. No que diz respeito à interdisciplinaridade pressuposta nesse entendimento de extensão, pode-se dizer que as constantes trocas entre disciplinas permitem uma compreensão mais ampla dos processos de vida, além de contribuírem de maneira significativa na formação dos estudantes universitários, visto que produzem um olhar plural sobre cada fato. Assim, a partir de um olhar interdisciplinar se criam as condições de possibilidade para uma formação universitária que aposte na produção da diferença e que atue enquanto resistência às verdades instituídas e saberes legitimados.

Apostar nas práticas de extensão enquanto resistência às produções massivas de subjetividade que surgem a partir da institucionalização de verdades fabricadas pelo saber científico não significa abrir mão do saber produzido dentro da academia, mas sim o combate ao enclausuramento desse saber. A virada epistemológica que Foucault nos apresenta e que trabalhei ao

longo desse escrito inaugura o enclausuramento da loucura e os presídios tal como conhecemos hoje, mas, além desses muros, a criação da ciência constrói uma barreira que separa a Universidade do mundo não acadêmico.

Como qualquer muro, construído com a justificativa de proteção, essa barreira segrega e desencoraja quem está do lado de fora. Porém, como venho apostando ao longo desse escrito, se essa clausura surge como característica do pensamento moderno é na própria lógica moderna de pensar que se criam as condições de possibilidade para apostar numa prática de extensão universitária que atue como aríete e se imponha contra esse muro.

Por mais que toda essa discussão se insira na episteme moderna, Foucault (1984b) propõe que não tomemos a modernidade unicamente como uma época, ou o conjunto de traços que determina uma época, mas a partir de uma atitude moderna, ou seja, um *ethos* filosófico como crítica, “uma maneira de pensar e sentir, uma maneira também de agir e de se conduzir que, tudo ao mesmo tempo, marca uma pertinência e se apresenta como uma tarefa” (Foucault, 1984, p. 342). O que Foucault lança com a proposição de uma atitude moderna frente às problemáticas que emergem com a nova episteme é uma aposta num modo de vida que se funde a partir da relação entre ética e liberdade, afinal, “o que é a ética senão a prática da liberdade, a prática refletida da liberdade” (Foucault, 1984a, p.3).

Qualquer intervenção que se baseie na ética enquanto prática de liberdade e que se pretenda modificadora das produções colonizadoras, como aquelas que balizam o manicômio judiciário e sustentam a lógica discursiva da periculosidade, precisa, necessariamente, estar pautada em um *ethos*. É necessário apostar na criação de novos modos de vida. Intervir no manicômio judiciário está sim vinculado a mudanças legais, alterações no Código Penal, criação de políticas públicas e tantas outras iniciativas, porém, para além disso, é imprescindível perceber que essa instituição se sustenta na moral e que para que uma mudança seja, de fato, efetiva é necessário um investimento que interfira além muros, que questione os saberes instituídos e transforme o espaço que a loucura ocupa no ordenamento social. Sobre a carga moral presentes nos jogos de poder que sustentam as verdades sobre a loucura, podemos recorrer a Fugantti (2001), que aponta que

toda essa visão da Lei, do Bem comum e da Obediência a um plano de organização de direitos e deveres que normatizariam as condutas e levariam a uma pretensa ordem universal, numa palavra, tudo o que constitui a atitude Moral propriamente dita na relação do indivíduo com a sociedade, precisa ser claramente distinguida de uma outra atitude, a postura a que chamamos Ética.

Cria-se assim a possibilidade de construir um espaço na atuação enquanto psicólogo-pesquisador-extensionista que busque essa resistência à lógica colonizadora, fundamentada a partir de uma ética que transcende o código de ética profissional e se reinventa no cotidiano do fazer. A partir do percurso teórico proposto por Michel Foucault, se concebemos o poder como multifacetado e polimorfo e em constante disputa, compreendemos que assumir uma posição ética de crítica ante às verdades instituídas surge como estratégia de resistência à dominação, seja ela de um manicômio, uma prisão ou da ciência.

Foucault se preocupou com as formas do saber e com as forças do poder e a relação entre elas, mas Deleuze, ao falar sobre Foucault, nos diz que quando o autor se aproxima dos últimos livros ele volta seu olhar para o que chama de “processos de si”, se referindo a uma relação de si para consigo mesmo. Foucault diz que esse processo também é uma relação de forças consigo ao passo que o poder é uma relação de força com outras forças, ou seja, isso que vai ser chamado de processo de subjetivação, essa relação de forças consigo, é uma dobra da linha de forças para si mesmo. É um processo ético que produz essa dobra no sentido de constituição de modos de existência e invenção de possibilidades de vida, “não a existência como sujeito, mas como obra de arte” (Deleuze, 2010, p. 120).

Assim, sigo apostando na extensão como prática de liberdade a partir desse trabalho ético. Apostando nessa ética do cuidado de si que engendra o cuidado com o outro, afinal, “o cuidado de si é ético em si mesmo; porém implica relações complexas com os outros, uma vez que esse *êthos* da liberdade é também uma maneira de cuidar dos outros” (Foucault, 1984^a, p. 276).

4 – Para seguir conversando

“A única finalidade aceitável das atividades humanas é a produção de uma subjetividade que enriqueça de modo contínuo sua relação com o mundo.” (Guattari, 2012, p.33)

Uma pergunta que sempre se apresentou durante esse percurso de mestrado foi essa: “e agora?”. Agora que se fez um apanhado sobre a relação entre loucura, lei e conhecimento e se pensou nas formas de resistência dentro desses jogos de verdade, o que se faz? Como transformar isso em algo concreto? Como acabar com um manicômio judiciário a partir dessa escrita? É difícil ver a aplicabilidade de uma pesquisa que não tem tabelas e estatísticas, que não é taxativa em dizer o que deve ser feito, que não define verdades a partir desse lugar privilegiado de pesquisador acadêmico.

É difícil, também, escrever as últimas páginas dessa dissertação porque tudo que foi dito aqui está longe de ter um desfecho, uma conclusão. Talvez eu esteja enfrentando essa dificuldade agora porque nunca encarei esse processo como um “mestrado clássico”, onde um pesquisador se insere em um campo, realiza uma pesquisa, e, ao final, apresenta um escrito contendo introdução, metodologia, desenvolvimento e conclusão. Afirmar a diferença nessa lógica de produção científica sempre foi uma proposição ética, uma escolha e uma aposta em outros modos de atuação para além da reprodução da lógica científica.

Como qualquer coisa que se propõe a divergir de um padrão, a escrita dessa dissertação foi penosa e coberta de inseguranças. Como, ao mesmo tempo, dar embasamento teórico para uma pesquisa e não reproduzir a lógica produtivista da academia? Como propor alternativas à lógica que se impõe? Como pensar numa prática ética enquanto psicólogo-pesquisador-extensionista-militante? Como?

A escolha pelo mosaico foi o primeiro movimento; apostar na potência desses fragmentos e na contação de histórias, trazer para o processo de pesquisar algo que não presumisse uma totalização. Os encontros teórico-afetivos com a cartografia, o ensaio e o brigrafema, as trocas com pessoas cujas

vidas, aparentemente, não importam, a afirmação da extensão, enfim, a resistência.

Encaro essa escrita mais como manifesto do que como dissertação propriamente dita. Manifesto como substantivo e como verbo, como tentativa de transcrever aqui as experiências desse percurso, um manifesto que fala de experiências subjetivas e lutas compartilhadas. Uma escrita paradoxal, que ao mesmo tempo afirma a potência dos espaços acadêmicos e tenta fugir de qualquer compromisso com padrões da ciência.

Como última coisa a ser dita – não porque pretendo encerrar algo, mas por ser o acontecimento mais recente – conto mais uma história. Tal fragmento aconteceu durante o último encontro de supervisão, no momento em que eram corrigidos os últimos detalhes antes de entregar a dissertação. Estávamos, mestrando e orientadora, imersos na discussão acadêmica, conversando em uma mesa que, por mais que se localizasse à sombra de uma árvore e no pátio, ainda estava rodeada pelas grades da Universidade. Ali, dentro daquelas grades – físicas e simbólicas – cercado por papéis e exigências, aconteceu mais um encontro. Para contextualizar, retorno um pouco no tempo.

Nos últimos meses deixei de acompanhar as reuniões do programa Des'medida. Em grande parte, motivado pelos movimentos de finalização da pesquisa e de dedicação à escrita, mas também por outros agenciamentos, outros projetos. Com o afastamento do grupo, deixei de estar presente nas reuniões, discussões de caso e acompanhamentos das vidas que circulam pelo programa, porém segui atento às notícias.

Por e-mail, telefone e encontros fortuitos procurava me manter relativamente informado, acompanhar o seguimento das histórias daquelas pessoas que tentavam produzir uma alternativa ao manicômio. Por esses meios, soube que a vida do nosso personagem de Santo Antônio da Patrulha se encaminhava, as burocracias se resolviam e os afetos se reorganizavam. Enquanto ele se tornava protagonista da própria história, eu me resignava à posição de espectador, torcendo pelo desfecho positivo.

Voltando à mesa do bar, perdido entre folhas e imerso em discussões teóricas, sinto tapinhas nas costas, alguém me chama: era ele, ali. Contou-me

que chegava para encontrar integrantes do programa Des'medida, estavam todos indo para Santo Antônio da Patrulha, dando mais um passo no seu processo de saída da clausura do manicômio judiciário.

Poderia trazer várias reflexões sobre a cena, metaforizar o nosso encontro, mas não sei se já elaborei o suficiente para isso, prefiro encerrar assim, acho que essa é a melhor maneira de fechar esse processo. Ao invés de formalismos e cerimoniais, resistência, os muros da Universidade sendo transpostos.

5 – Referências

- Alvarez, J., & Passos, E. (2009). Cartografar é habitar um território existencial. In *Pistas do método da cartografia*. Porto Alegre: Sulina.
- Amador, F., & Galli Fonseca, T. M. (2009). Da intuição como método filosófico à cartografia como método de pesquisa - Considerações sobre o exercício cognitivo do cartógrafo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61, 30–37.
- Barros, M. (2010). *Poesia completa*. Lisboa: Leya.
- Barros, M., & Pimentel, E. (2013). Políticas públicas e a construção do comum: interrogando práticas PSI. *Revista Polis E Psique*, 2(2), 3–21.
- Barros-Brisset, F. O. de. (2010). Por uma política de atenção integral ao louco infrator.
- Barthes, R. (1984). *A câmara clara. Nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Benjamin, W. (1984). *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense.
- Benjamin, W. (1987). O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Bey, H. (2001). *TAZ: zona autônoma temporária*. São Paulo: Conrad.
- Borges, J.L. (2006). Jorge Luis Borges. In *As entrevistas da Paris Review*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Borges, J. L. (2000). O idioma analítico de John Wilkins. In *Outras Inquisições*. São Paulo: Globo.
- Brasil. (1940). Código Penal Brasileiro. Decreto-Lei Nº 2.848.
- Brasil, R. (2012). *Da maquinaria mortífera do manicômio judiciário à invenção da vida: saídas possíveis*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Brum, E. (2006). *A vida que ninguém vê*. Porto Alegre: Arquipélago.

- Brum, E. (2013). Prefácio. In *Holocausto brasileiro*. São Paulo: Geração.
- Bulfinch, T. (2002). *O livro de ouro da mitologia: histórias de deuses e heróis* (26th ed.). Rio de Janeiro: Ediouro.
- Burroughs, W. S., & Gysin, B. (1978). The Cut-Up Method of Brion Gysin. In *The Third Mind*. Nova York: Viking Press.
- Calle 13. (2014). *El Aguante*. San José.
- Carrara, S. (1998). *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século. Coleção Saúde & Sociedade*.
- Carrara, S. (2010). A história esquecida: os manicômios judiciários no Brasil. *Revista Brasileira de Crescimento E Desenvolvimento Humano*, 20, 16–29.
- Carvalho, S. de, & Weigert, M. de A. B. e. (2013). A Punição do Sofrimento Psíquico no Brasil: reflexões sobre os impactos da reforma psiquiátrica no sistema de responsabilização penal. *Revista de Estudos Criminais*, 48, 55 – 90.
- Casoy, I. (2002). *Serial Killer Louco ou Cruel?* Rio de Janeiro: Ediouro.
- Castro, E. (2004). *El vocabulario de Michel Foucault*. Buenos Aires: Prometeo.
- Cervera, J., & Franco, P. (2006). Manual para o uso não sexista da linguagem.
- Conselho Federal de Psicologia. (2015). *Inspeções aos manicômios*. Brasília: Relatório Brasil.
- Corazza, S. M. (2010). Introdução ao método biografemático. In *Vidas do Fora. habitantes do silêncio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Cortazar, J. (2009). *Histórias de Cronópios e Famas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Costa, L. (2010). *Biografema como estratégia biográfica: escrever uma vida com Nietzsche, Deleuze, Barthes e Henry Miller*. Universidade Federal do Rio grande do Sul.
- Deleuze, G. (2010). *Conversações* (2ª ed.). São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2011). Mil Platôs. *Capitalismo e esquizofrenia 2., 1*.

- Diniz, D. (2009). *A casa dos mortos*. Brasil: Imagens livres.
- Diniz, D. (2013). *A custódia e o tratamento psiquiátrico no Brasil: censo 2011*.
- Duarte, A. (2008). De Michel Foucault a Giorgio Agamben: a trajetória do conceito de biopolítica.
- Fávero, M. de A. (2006). A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968 University in Brazil: from its origins to university reform—1968. *Educar*, (28), 17–36.
- Fonseca, T., & Costa, L. (2010). *Vidas do Fora. Habitantes do silêncio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- FORPROEX, F. de P.-R. de E. das U. P. B. (2012). Política Nacional de Extensão Uiversitária. Manaus - AM.
- Foucault, M. (1984a). A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In *Ditos & Escritos V* (pp. 265–287).
- Foucault, M. (1984b). O que são as luzes. In *Ditos & Escritos. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (pp. 335–351). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1995a). Microfísica do poder. In *Sobre a história da sexualidade* (pp. 243–276). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1995b). O sujeito e o poder. In *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1995c). Os intelectuais e o poder. In *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1995d). Verdade e poder. In *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- Foucault, M. (2000a). *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins fontes.

- Foucault, M. (2000b). *Ditos & Escritos. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (Vol. 2). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2003). *Ditos & Escritos. Estratégia, poder-saber* (Vol. IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2004). A evolução da noção de “indivíduo perigoso” na psiquiatria legal do século XIX. *Ética, Sexualidade, Política: Ditos E Escritos*, V, 1 – 25.
- Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2009a). *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2009b). *Vigiar e punir* (37th ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (2012). *História da sexualidade: o uso dos prazeres*, 2.
- Foucault, M. (2013). *História da loucura na idade clássica. História da loucura* (9ª ed.). Perspectiva.
- Fuganti, L. (2001). *A ética como potência e a moral como servidão*. São Paulo.
- Galeano, E. (2002). *O Livro dos Abraços*. Porto Alegre: L&PM.
- Garavelo, L. (2011). *Uma vida em palavras: memória, escrita e loucura*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Guattari, F. (1987). *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense.
- Guattari, F. (2012). *Caosmose. Um novo paradigma estético* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Editora 34.
- Guattari, F., & Rolnik, S. (1996). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Holanda, A. B. (2010). *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo.
- Japiassú, H. (2001). *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Kafka, F. (1994). Diante da lei. In *Um médico rural* (3rd ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Larrosa, J. (2003). O ensaio e a escrita acadêmica. *Educação & Realidade*, 28(2), 101–115.
- Larrosa, J. (2004). A Operação Ensaio, 29(1), 27–43.
- Losekann, L. A. (2015). *Procedimento Administrativo 001/2015*. Porto Alegre.
- Marquez, G. G. (2013). *Doze contos peregrinos* (23rd ed.). Rio de Janeiro: Record.
- Martins, C. (2009). A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação E Sociedade*.
- Nascentes, A. (1932). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Noto, C. de S. (2011). Da ilusão transcendental à ilusão antropológica: Foucault em defesa de Kant. *Cadernos de Ética E Filosofia Política*, (18), 73–88.
- OAB, O. dos advogados do B., & CFP, C. F. de P. (2004). *Inspeção nacional de unidades psiquiátricas em prol dos direitos humanos: uma amostra das unidades psiquiátricas brasileiras*. Brasília.
- Oxford University. (2011). *Concise Oxford English Dictionary: Main edition*. Oxford: Oxford University Press.
- Passos, E., & Barros, R. B. de. (2009). Por uma política da narrativa. In *Pistas do método da cartografia*. Porto Alegre: Sulina.
- Passos, E., Kastrup, Vv., & Escóssia, L. Da. (2009). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Peres, M., & Filho, A. N. (2002). A doença mental no direito penal brasileiro: inimputabilidade, irresponsabilidade, periculosidade e medida de segurança. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos, Rio*
- Rabinow, P., & Dreyfus, H. (1995). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense

Universitária.

Revista Superinteressante. (2012, May). Pequenos psicopatas.

Ricardo, J., & Apolinário, J. (1973). Primavera nos dentes. Intérprete: Ney Matogrosso. São Paulo: Continental.

Rosa, J. (2001). *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Serrano, R. (2013). Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. *Grupo de Pesquisa Em Extensão Popular*.

Silva, A. (2008). *Mentes perigosas: o psicopata mora ao lado*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Silveira, F. de A. (2008). Michel Foucault e a construção discursiva do corpo do sujeito moderno e sua relação com a psicologia. *Psicologia Em Estudo*, 13(4), 733–742.

Souza, S. (2000). *Mosaico: imagens do conhecimento*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.

Torre, E., & Amarante, P. (2001). Protagonismo e subjetividade: a construção coletiva no campo da saúde mental. *Ciência & Saúde Coletiva*, 6(1), 73–85.

UFRGS. (2014). Histórico da UFRGS. Retrieved December 16, 2015, from <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>

Yasui, S. (2006). *Rupturas e encontros: desafios da reforma psiquiátrica brasileira*. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca.